



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
AGO 2022**



MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.

CNPJ 90.076.886/0001-40
NIRE 43300031161
Companhia Aberta – Código CVM 13.765
Código de negociação na B3: MNPR3

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

22 DE ABRIL DE 2022

Av. Senador Alberto Pasqualini, nº 1535 – Bairro São Cristóvão – Lajeado/RS

Lajeado (RS), 23 de março de 2022.

Prezados Acionistas,

Os Administradores da Minupar Participações S.A. (“Minupar” ou “Companhia”) submetem à apreciação de seus Acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22/04/2022, bem como os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia no exercício de 2021, nos termos do item 10, do Anexo 24, da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009 (Formulário de Referência), **Anexo I** ao presente documento.

O Edital de Convocação para esta Assembleia Geral Ordinária foi publicado contendo os seguintes assuntos na ordem do dia:

- (a) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31.12.2021 (*);
- (b) deliberar acerca da composição do Conselho de Administração da Companhia e realizar a eleição dos seus membros (**); e
- (c) fixar a remuneração global dos Administradores para o mandato.

Enfim, apresentamos a presente Proposta da Administração englobando assuntos a serem deliberados na Ordem do Dia e as demais informações necessárias para análise das matérias pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2022.

Desde já, colocamo-nos à disposição para informações adicionais.

Cordialmente,

Administração da Minupar Participações S.A.

SUMÁRIO

1 PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	4
(A) Proposta para aprovação das demonstrações financeiras	4
(B) Proposta para eleição de membros do Conselho de Administração	5
(C) Proposta para a remuneração global dos Administradores	6
Informe sobre a destinação do lucro líquido	7
2 INSTALAÇÃO DO CONSELHO FISCAL	7
ESCLARECIMENTOS FINAIS	8

ANEXOS

- ANEXO I – Informações referentes à seção 10 do Formulário de Referência
- ANEXO II – Relatório da Administração
- ANEXO III – Relatório do Auditor Independente
- ANEXO IV – Demonstrações Financeiras
- ANEXO V – Informações dos candidatos indicados para a eleição de membros do Conselho de Administração
- ANEXO VI – Informações referentes à seção 13 do Formulário de Referência

1 PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Minupar Participações S/A, vem apresentar aos Senhores Acionistas as seguintes propostas, a ser objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 22 de abril de 2022:

- (A) Aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021, constantes nos anexos;
- (B) Deliberar sobre a quantidade de membros para compor o Conselho de Administração e eleger os membros do Conselho de Administração pelo mandato de um ano;
- (C) Aprovar a remuneração global dos membros da Administração em até R\$ 300.000,00 para o mandato, a ser individualizada pelo Conselho de Administração, até a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária.

Em atenção ao art. 201 da Lei 6.404/76, a Companhia informa que o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 será absorvido pela conta de prejuízos acumulados, nos termos do artigo 189 da Lei 6.404/76, deste modo, não haverá deliberação para constituição de reservas e retenção de lucros, tampouco para distribuição de dividendos, motivo pelo qual, o emissor deixa de apresentar o Anexo 9-1-II Instrução CVM nº 481.

As propostas da Administração para a deliberação dos itens citados, bem como as informações sobre cada uma das matérias serão detalhadas a seguir.

(A) Proposta para aprovação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia apresenta as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado no dia 31 de dezembro de 2021, bem como, o Relatório dos Administradores, dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, divulgados em 21/03/2022, os quais foram aprovados pela Diretoria da Companhia.

O Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas, auditadas pela Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S.S., foram apreciadas pelos membros do Conselho de Administração, havendo manifestação favorável do órgão colegiado pela aprovação dos documentos aqui mencionados, tendo

sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Com base nos documentos analisados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelos Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal opinaram pela aprovação destes, declarando que as Demonstrações Financeiras, suas respectivas Notas Explicativas e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, estão adequadamente apresentados, em condições de serem apreciados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Tais documentos serão apresentados como anexos a este documento, na seguinte forma:

Anexo I – Informações referentes à seção 10 do Formulário de Referência;

Anexo II – Relatório Anual dos Administradores referente ao exercício de 2021;

Anexo III – Relatório dos Auditores Independentes, Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S.S, referente às Demonstrações Financeiras; e

Anexo IV – Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, foram também publicados de forma resumida na versão física do Jornal A Hora e na íntegra na página da internet do referido Jornal, sendo ainda disponibilizados aos acionistas no site da CVM, da Bolsa de Valores (B3), na página da internet da Companhia e na sua sede social, localizada na Av. Sen. Alberto Pasqualini, nº 1535, bairro São Cristóvão, Lajeado, RS.

(B) Proposta para eleição de membros do Conselho de Administração

Poderão ser eleitos para compor o Conselho de Administração, pessoas naturais e residentes neste país. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 09 (nove) membros, com mandato de 01 (um) ano, permitida a reeleição.

Neste sentido, a Administração propõe a eleição de 05 (cinco) membros para compor o Conselho de Administração.

Em sendo requerida a eleição em separado, serão 05 (cinco) indicados para concorrer em eleição geral, dos quais serão eleitos 04 (quatro) e mais 01 (um) membro a ser eleito pelos acionistas minoritários em votação em separado.

Os cargos de Presidente e de Vice-presidente serão definidos por eleição entre os próprios membros do Conselho de Administração, a ser realizada na primeira Reunião do Órgão que suceder a Assembleia.

As informações indicadas no item 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009, relativas aos candidatos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia, foram inseridas no **Anexo V** do presente documento.

As informações sobre requerimentos e indicações de acionistas, inclusive quanto à indicação de candidatos, serão divulgadas por meio de Aviso aos Acionistas, cumprindo o disposto no art. 6º, II, da Instrução CVM nº 481/09 e no Ofício Circular Anual.

Indicação de candidatos para o Conselho de Administração pela Administração:

Os indicados pela Administração da Companhia para os cargos de Conselheiros de Administração são:

- (i) Sra. Cynthia Christina da Silva Vello
- (ii) Sr. Francisco Asclépio Barroso Aguiar

(C) Proposta para a remuneração global dos Administradores

De acordo com a determinação da Lei 6.404/76 e § 2º do art. 18 do Estatuto Social, cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores.

Será submetida à Assembleia Geral Ordinária proposta de fixar o montante de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) de remuneração global dos membros da Administração para o mandato, até a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária, para distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

Nos termos do art. 22, "h", do Estatuto Social, cabe ao Conselho de Administração proceder a individualização da remuneração dos Administradores dentro dos limites estabelecidos

na Assembleia Geral, o que deverá ocorrer na primeira reunião realizada pelo órgão após a Assembleia.

As informações referentes ao item 13 do Formulário de Referência estão inseridas no **Anexo VI** do presente documento.

Informe sobre a destinação do lucro líquido

Em atenção ao art. 201 da Lei 6.404/76, a Companhia informa que o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 será absorvido pela conta de prejuízos acumulados, nos termos do artigo 189 da Lei 6.404/76, deste modo, não haverá deliberação para constituição de reservas e retenção de lucros, tampouco para distribuição de dividendos, motivo pelo qual, o emissor deixa de apresentar o Anexo 9-1-II Instrução CVM nº 481.

2 INSTALAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Em 18/03/2022, os acionistas minoritários FRANCISCO ASCLÉPIO BARROSO AGUIAR e JOSÉ OSWALDO MORALES JUNIOR, representantes de ações Ordinárias da Companhia, requereram a votação em separado para o Conselho de Administração e a instalação do Conselho Fiscal no corrente exercício social, com a indicação da Sra. Maria Elvira Lopes Gimenez como candidata efetiva ao Conselho Fiscal. A informação foi divulgada por meio de aviso aos acionistas.

A Administração da Companhia não recebeu, até o momento da publicação deste documento, outras indicações de candidatos para concorrer ao Conselho Fiscal.

Novas solicitações de acionistas recebidas após a publicação deste documento, serão também divulgadas através de Aviso aos Acionistas.

Proposta de remuneração para membros do Conselho Fiscal, caso seja instalado:

Havendo a instalação do Conselho Fiscal para o corrente exercício social, caberá também à Assembleia Geral fixar a remuneração dos Conselheiros Fiscais.

Neste caso, será submetida à Assembleia Geral Ordinária a proposta de fixar o montante de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) de remuneração global aos membros do Conselho Fiscal para o mandato. Caberá também ao Conselho de Administração, em reunião específica, proceder a individualização da remuneração entre os membros.

ESCLARECIMENTOS FINAIS

Nos termos da Instrução CVM 481, os documentos necessários para participação em Assembleia foram disponibilizados através da divulgação do Manual para Participação em Assembleia nas páginas eletrônicas da Companhia (www.minupar.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

23 de março de 2022.

Administração da Minupar Participações S.A.



Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40

Anexo I - Informações referentes à seção 10 do Formulário de Referência

1 - Comentários da Minupar Participações S/A. e sua controlada Companhia Minuano de Alimentos, referentes ao exercício de 2021:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para dar continuidade em seus negócios, e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazos junto às instituições financeiras e obrigações tributárias junto ao governo, também acredita que sua operação produz resultado suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

b) Estrutura de capital

Devido ao Patrimônio Líquido Consolidado Negativo, a estrutura capital consolidada da Companhia está composta da seguinte maneira:

	<i>(Montantes expressos em R\$ mil)</i>		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Capital próprio (patrimônio líquido)	(344.161)	(375.709)	(393.022)
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	611.092	619.832	592.894
Capital total (próprio + terceiros)	266.931	244.123	199.872
Parcela de capital próprio	-128,93%	-153,90%	-196,64%
Parcela de capital de terceiros	228,93%	253,90%	296,64%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A necessidade de recursos da Companhia refere-se principalmente a:

- (i) Pagamento dos custos de produção, dentre eles gastos com pessoal, energia elétrica e gastos com manutenção;
- (ii) Pagamento de obrigações, fiscais, trabalhistas e sociais;

As principais fontes de recursos da Companhia são:

- (i) Caixa gerado pelas atividades operacionais; e

Os Diretores acreditam que os recursos existentes, a geração de caixa operacional e os recursos gerados pelas captações da Companhia serão suficientes para cobrir suas necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.



Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40

No quadro a seguir são demonstrados os índices de coberturas dos últimos 3 (três) exercícios sociais:

(Montantes expressos em R\$ mil)

	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA ajustado	52.359	44.283
Resultado Financeiro	12.834	14.350
Índice de cobertura	4,08	3,09

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza como fonte de capital de giro os recursos próprios gerados na operação, assim como antecipação de recebíveis vinculados ao contrato de prestação de serviço.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem intenção para realização de fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretenda utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos e financiamentos referentes às demonstrações consolidadas do emissor estão indicados no item seguinte.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os empréstimos e financiamentos, referentes às demonstrações consolidadas do emissor, junto às instituições financeiras possuem as seguintes características e condições:

Instituição	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Banrisul - Consórcio	107	93	250	312
Total	107	93	250	312

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de



Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40

ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

O emissor e suas controladas estão impossibilitados em distribuir dividendos devido a existência de dívidas previdenciárias, bem como pela existência de prejuízos acumulados que devem ser absorvidos por lucros futuros. Com relação aos bens imóveis da Controlada Indireta Companhia Minuano, os mesmos estão em garantia de processos tributários, o que impedem a alienação dos mesmos.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os limites de financiamentos do emissor não estão totalmente utilizados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não se aplica.

2 – Resultado Operacional e Financeiro

a. Resultados das operações do emissor:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da controlada Companhia Minuano de Alimentos se divide basicamente em 2 segmentos, conforme quadro abaixo:

Valores expressos em milhares de reais

Segmento	2021	2020	2019
Industrializados	178.021	135.197	104.904
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	165.787	143.160	144.997
Total	343.808	278.357	249.901

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Receita Líquida

O faturamento líquido da Companhia no exercício de 2021 foi de R\$ 319.644 (R\$ 259.813 em 2020), resultando em um aumento percentual de 23%, ocorrido basicamente pelo crescimento das vendas de industrializados de carne.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas durante o exercício de 2021 foram de R\$ 20.408 e para o exercício de 2020 foram de R\$ 11.696, equivalentes a 6,38 % e 4,50 % respectivamente da receita operacional líquida.



Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40

Os principais motivos que ocasionaram a elevação de despesas de vendas em 2021, quando comparadas com as despesas de vendas de 2020, referem-se:

- (i) Aumento de preço sobre fretes rodoviários, fretes marítimos e custos aduaneiros, todos estes condicionados e atrelados a cotação do dólar e escassez de disponibilidade de containers, o que é de fundamental importância para viabilização das vendas junto ao Mercado Externo;
- (ii) Reconhecimento de provisão de devedores duvidosos em 2021, cujo montante foi de R\$ 2.571, ao passo que em 2020 ocorreu fator inverso, resultando em uma reversão de provisão de devedores duvidosos no valor de R\$ 428.

No quadro abaixo são demonstradas as relações percentuais das despesas com vendas frente as receitas líquidas dos dois últimos exercícios, indicando a relação de 6,38% em 2021 e 4,50% em 2020, referente a participação das despesas com vendas sobre as receitas líquidas.

Rubricas	2021	2020
Receita Líquida	319.644	259.813
Despesas com Vendas	20.408	11.696
Relação %	6,38%	4,50%

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Do ano de 2020 para 2021, ocorreu forte variação na taxa de cambio, ocasionada pelos efeitos da pandemia Covid-19, os efeitos destas variações de taxas de câmbio foram devidamente registradas e demonstradas nas notas explicativas nº 27 e 28.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Segue demonstração das informações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais. A tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados. (Valores expressos em milhares de reais)



Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Receita Bruta	343.808	278.357	249.901
Receita Líquida	319.644	259.813	235.584
Lucro Bruto	80.061	73.457	66.838
Resultado Operacional	55.513	37.873	33.284
Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício	33.810	16.573	(33.030)
EBITDA Ajustado	52.359	44.283	38.771
Prejuízo por Ação	4,7619	2,3342	(4,6521)

3 – Efeitos relevantes nas Demonstrações Financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não está prevista a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Não está prevista a ocorrência de eventos ou operações não usuais.

4 - Mudanças nas práticas contábeis e parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Elas são elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nos 3 últimos exercícios não houveram alterações nas práticas contábeis que provocassem mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

b. Efeitos Significativos das Alterações em Práticas Contábeis

Nos 3 últimos exercícios não houveram alterações nas práticas contábeis que provocassem mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O Relatório dos Auditores Independentes não apresentou nenhuma ressalva, e nenhuma ênfase.



Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40

5 – Políticas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

As Demonstrações Contábeis da Companhia e de suas controladas incluem estimativas referentes à:

- 1) Provisões de natureza trabalhista,
- 2) Provisão para contingências,
- 3) Provisão para perdas esperadas,
- 4) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

Sumário das Principais Práticas Contábeis

- Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo conselho federal de contabilidade e aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM).

- Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

- Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.



Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40

- Demonstrações contábeis consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com as normas de contabilidade emitidas pelo conselho federal de contabilidade, aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

- Demonstrações contábeis individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

- Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para perdas esperadas, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

- Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis



Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

- Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos ou passivos financeiros em:

custo amortizado; e

valor justo por meio de resultado.

Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

Conforme previsto na norma NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros, a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros é realizada através dos seguintes critérios:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo, os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivo, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes.



Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

Contas a receber de clientes (nota 5);
Outros ativos (nota 8);
Propriedades para investimentos (nota 9.b)
Imobilizado (nota 10)
Intangível (nota 11)

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

- Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

- Contas a receber

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.



Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40

O critério utilizado para o reconhecimento de provisão para perda dos créditos vinculados às contas a receber é revisado mensalmente, tendo como base a análise dos títulos vencidos, as práticas contábeis e as regras fiscais.

- Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Em consonância ao critério adotado para reconhecimento das receitas, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais, também fora ajustado o reconhecimento dos estoques, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

- Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

- Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

- Investimentos
- Participações societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora.

- Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor



Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40

de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

- Imobilizado

De acordo com a deliberação CVM nº 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

- Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos:

Ativo intangível de vida útil definida; e

Ativo intangível de vida útil indefinida.

Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através na análise do valor em uso.



Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40

As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangíveis estão em conformidade com a deliberação CVM nº 644/10.

- Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos, tais como: propriedade para investimentos, ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

- Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

- Estimativas dos ativos e passivos contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedem à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

- Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério pode ser aplicado aos ativos e passivos circulantes, quando seu efeito for considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM nº 564/08.



Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40

- Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

- Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços

A receita é reconhecida:

quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;

é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e

quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

O reconhecimento de receita também leva em consideração os critérios previstos na NBC TG 47 – Receita de contratos com clientes, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas, essas premissas auxiliam no controle e avaliação dos riscos de crédito com clientes, bem como na análise de histórico com perdas sobre créditos.

- Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

- Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela administração são:



Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40

as provisões para perdas esperadas, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;

vida útil, "Impairment" e valor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e

passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

- Demonstração do valor adicionado – DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

6 – Itens relevantes não destacados nas Demonstrações Financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items).

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem ativos e passivos que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem outros itens que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

7 – Comentários sobre os itens relevantes não destacados nas Demonstrações Financeiras

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem ativos e passivos que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

8 – Plano de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2021 os investimentos realizados, pela controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos



Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40

totalizaram R\$ 4.119 mil (R\$ 7.589mil em 2020). Os investimentos foram voltados a modernização e melhorias nos processos industriais das unidades fabris da Controlada.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia utiliza, além de recursos próprios, parcelamento diretamente com seus fornecedores.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes, bem como previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano a Companhia não efetuou aquisições individuais que influenciam materialmente sua capacidade produtiva, as aquisições fazem parte de um conjunto de ações que visam a maximização da produção.

c. Novos produtos e serviços:

Durante o ano não ocorreu produção de novos produtos.

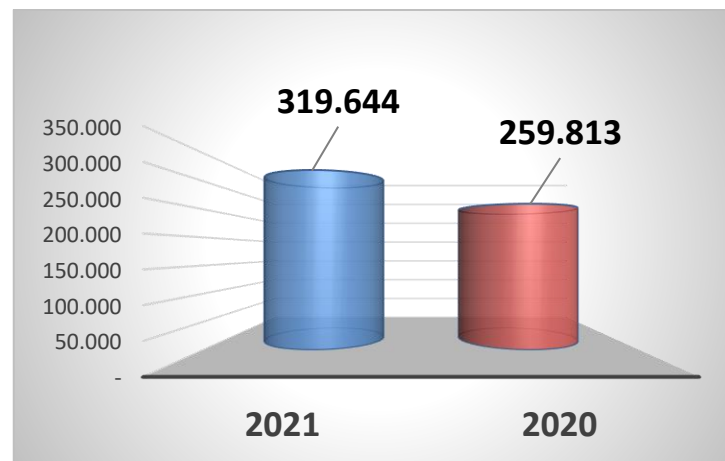
ANEXO II - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem aos Acionistas,

É com satisfação que estamos publicando o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. referentes ao exercício de 2021. As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as informações da Companhia, de suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

Receita Líquida

A Companhia, através de sua Controlada Indireta Companhia Minuano de Alimentos, obteve receita líquida de R\$ 319.644 no exercício de 2021 e de R\$ 259.813 no exercício de 2020. O aumento em torno de 23,03% na receita líquida da Companhia está associado diretamente ao incremento da industrialização dos produtos.



No quadro a seguir são apresentadas informações quantitativas e qualitativas relativas a atividades desenvolvidas pela Companhia.

Resultado detalhado por atividade:

Informações em Quantidade

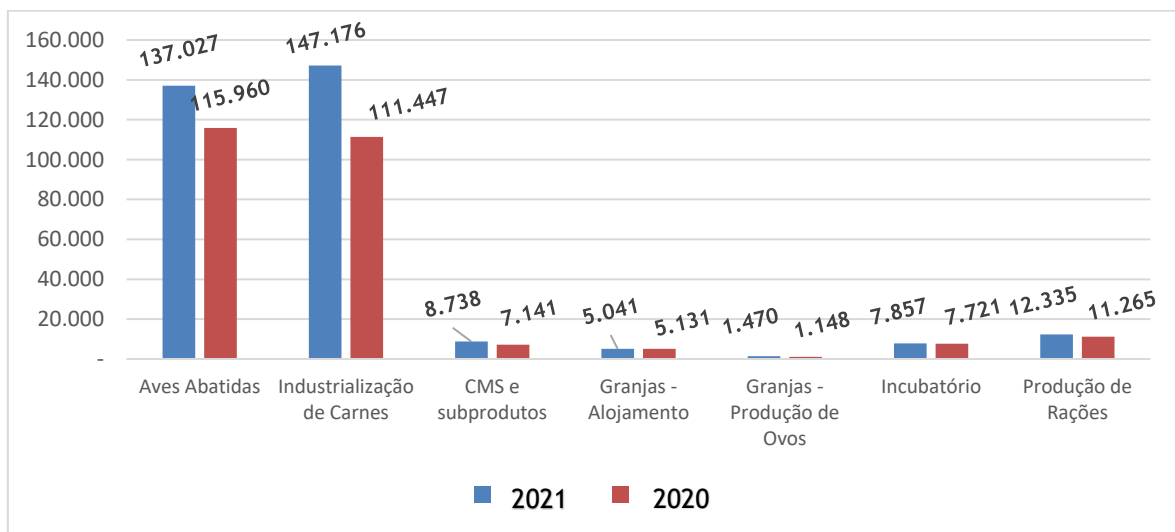
Produção	Mercado Interno			Mercado Externo			Consolidado		
	2021	2020	%	2021	2020	%	2021	2020	%
Aves abatidas (un/mil)	44.608	39.437	13%	-	-	0%	44.608	39.437	13%
Industrialização de carnes (ton)	10.338	9.024	15%	15.615	12.470	25%	25.953	21.494	21%
CMS e subprodutos (ton)	35.383	28.894	22%	15	164	-91%	35.398	29.058	22%
Granjas - Alojamento (un/mil)	414.691	477.095	-13%	-	-	0%	414.691	477.095	-13%
Granjas - Produção de Ovos (un/mil)	8.392	7.255	16%	-	-	0%	8.392	7.255	16%
Incubatório - Produção de Pintos (un/mil)	59.701	60.504	-1%	-	-	0%	59.701	60.504	-1%
Produção Rações (ton)	245.924	231.368	6%	-	-	0%	245.924	231.368	6%

Informações em R\$ Mil

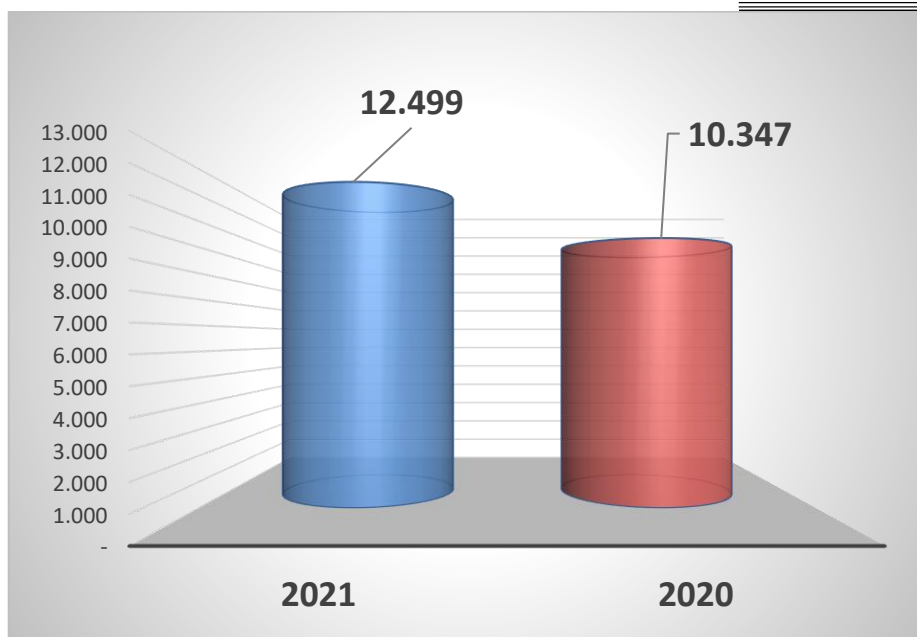
Segmento	Mercado Interno			Mercado Externo			Consolidado		
	2021	2020	%	2021	2020	%	2021	2020	%
Aves Abatidas	137.026	115.960	18%	-	-	0%	137.026	115.960	18%
Industrialização de Carnes	54.342	42.232	29%	92.835	69.215	34%	147.177	111.447	32%
CMS e subprodutos	8.701	6.864	27%	37	277	-87%	8.738	7.141	22%
Granjas - Alojamento	5.041	5.131	-2%	-	-	0%	5.041	5.131	-2%
Granjas - Produção de Ovos	1.470	1.148	28%	-	-	0%	1.470	1.148	28%
Incubatório - Produção de Pintos	7.857	7.721	2%	-	-	0%	7.857	7.721	2%
Produção de Rações	12.335	11.265	9%	-	-	0%	12.335	11.265	9%

Total **226.772** **190.321** **19%** **92.872** **69.492** **34%** **319.644** **259.813** **23%**

Receita líquida anual de 2021 e 2020, comparativo por atividade:



Despesas gerais e administrativas



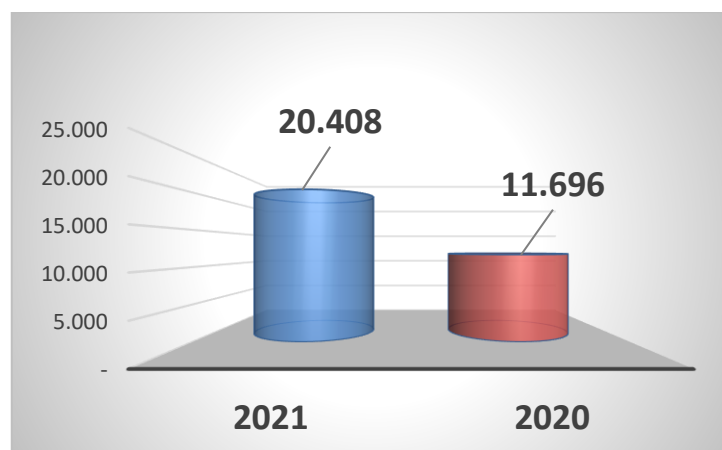
Ao passo que a Companhia apresenta um aumento de sua receita líquida, as despesas gerais e administrativas consolidadas também apresentaram um aumento de 20,80%, a quais totalizaram R\$ 12.499 em 2021, e R\$ 10.347 em 2020.

Despesas com vendas

No exercício de 2021 as despesas com vendas totalizaram R\$ 20.408, sendo que no exercício de 2020 ficou em R\$ 11.696, equivalentes a 6,38 % e 4,50 % respectivamente da receita operacional líquida.

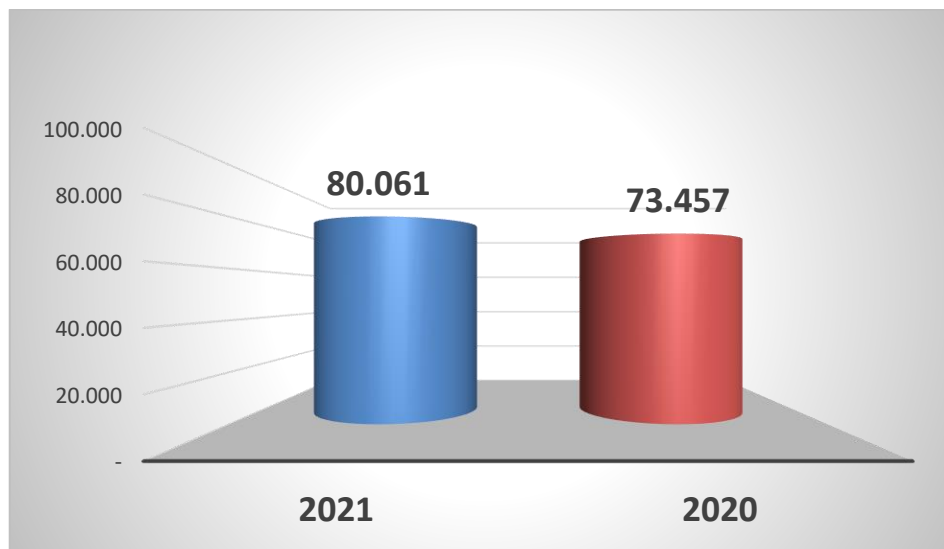
Os principais motivos que ocasionaram a elevação de despesas de vendas em 2021, quando comparadas com as despesas de vendas de 2020, referem-se:

- (i) Aumento de preço sobre fretes rodoviários, fretes marítimos e custos aduaneiros, todos estes condicionados e atrelados a cotação do dólar e escassez de disponibilidade de containers, o que é de fundamental importância para viabilização das vendas junto ao Mercado Externo;
- (ii) Reconhecimento de provisão de devedores duvidosos em 2021, cujo montante foi de R\$ 2.571, ao passo que em 2020 ocorreu fator inverso, resultando em uma reversão de provisão de devedores duvidosos no valor de R\$ 428, ambos apresentados na nota explicativa nº 24 - Despesas com vendas.



Lucro bruto

O Lucro Bruto totalizou R\$ 80.061 no exercício de 2021, equivalente a 25,05% da receita operacional líquida. No exercício de 2020 alcançou R\$ 73.457 equivalente a 28,27% da receita operacional líquida.



EBITDA / LAJIDA

A Companhia utiliza como medição não contábil o EBIT (Earnings before interest and taxes) ou LAJIR (Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido), utiliza também o EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) ou LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização).

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Lucro líquido do período	33.810	16.573
(+) Impostos	8.869	6.950
(+) Resultado financeiro	12.834	14.350
EBIT / LAJIR	55.513	37.873
(+) Depreciações e amortizações	6.408	6.410
EBITDA / LAJIDA	61.921	44.283
(+ / -) Eventos não recorrentes (a)	(9.562)	-
EBITDA / LAJIDA - Ajustado	52.359	44.283
Receita Líquida	319.644	259.813
Relação % EBITDA ajustado	16,38%	17,04%

- (a) O montante de R\$ 9.562 demonstrado como “eventos não recorrentes” no quadro acima refere-se ao valor apurado referente a créditos fiscais de ICMS na base do PIS e COFINS, conforme informação divulgada em nota explicativa nº 7 - Impostos a Recuperar.

O EBIT ou LAJIR pode ser definido como resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro e das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, enquanto que o EBITDA ou LAJIDA pode ser definido como resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações

Conforme é demonstrado no quadro acima, o EBITDA ajustado consolidado da Minupar nos anos de 2021 e 2020 foi respectivamente, de R\$ 52.359 ou 16,38% da receita líquida e R\$ 44.283 ou 17,04% da receita líquida, representando uma estabilidade de um ano para outro.

Recursos Humanos

Situação	dez/21	dez/20	Variação	
			Qtde	%
Funcionários Ativos	2.524	2.659	(135)	-5,08%
Funcionários Afastados	298	228	70	30,70%
Total	2.822	2.887	(65)	-2,25%

Conforme apresentado acima, o quadro de funcionários ativos manteve-se basicamente no mesmo patamar, apresentando uma pequena redução de 5,08% do quadro em 2021 quando comparado com 2020.

Quanto ao número de funcionários afastados, de 2020 para 2021 ocorreu um aumento de 30,70%, que esta associando principalmente ao afastamento de gestantes, previsto em lei, e que iniciou a partir de maio de 2021.

Situação Jurídica

A Companhia encerrou o ano de 2021 com um total de 648 Reclamações Trabalhistas em andamento, o que representa 05 (cinco) ações a mais em relação ao final do ano de 2020, data em que havia 643 reclamações. No ano de 2020 foram protocoladas 110 reclamações novas e no ano de 2021 foram protocoladas 156, ou seja, um aumento de 42% em relação ao ano anterior. A Companhia atribui esse aumento de novas reclamações em 2021, devido à redução ocorrida no ano anterior, em que estavam vigentes medidas mais restritivas de circulação vivenciadas no primeiro ano da pandemia da Covid-19. Do total das 648 reclamações, 102 estão suspensas pelo Tema 1046 do Supremo Tribunal Federal, aguardando julgamento em âmbito nacional, sendo 77 suspensões integrais e 25 suspensões parciais. Das reclamações em andamento, 123, ou seja, 19%, são decorrentes do fechamento da unidade de Passo Fundo - RS, evento ocorrido em 2015. Todos os processos estão registrados em sistema interno e sendo cuidadosamente acompanhados pelo corpo jurídico da Companhia, bem como, junto a assessoria jurídica externa.

Perspectivas

A Companhia e suas controladas, através de suas operações, buscam contínua otimização dos processos, com ênfase na modernização de suas plantas industriais e crescimento gradativo e sustentável da operação própria de industrializados, voltada à produção para os mercados interno e externo, bem como a consolidação dos contratos de parceria com terceiros e ainda alternativas para solução de seus passivos tributários remanescentes.

Mercado de Capitais

O capital social da Companhia é de R\$ 120.108, composto por 7.100.100 ações. No transcorrer do ano de 2021, as ações da Companhia estiveram presentes em 55.165 negociações realizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, totalizando R\$ 112.625.371,89.

LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Em relação a LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a Companhia informa que já instituiu política de privacidade, com opção para que os titulares dos dados possam realizar as solicitações desejadas, a referida política é disponibilizada no site da empresa (<https://www.minupar.com.br/lgpd>), e ressalta que está realizando as adequações necessárias, previstas na Lei 13.709/2019, o projeto está sendo executado em conjunto com empresa de consultoria especializada.

Relacionamento com os Auditores Externos

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e suas respectivas alterações, informamos que a Companhia e suas controladas tem como política não contratar os Auditores Independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. A Companhia é auditada pela empresa Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S.S., a qual possui registro na CVM nº 01236-0.

Declaração da Administração

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM 480/2009 e suas respectivas alterações, os administradores declaram que revisaram e analisaram as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e que concordam com as mesmas, bem como com as opiniões, individual e consolidada, expressas no Parecer dos Auditores Independentes.

Agradecimentos

Manifestamos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança recebidos de nossos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e a dedicação de nosso quadro de colaboradores.

Lajeado (RS), 16 de março de 2022.

A Administração.

ANEXO III - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Conselho e Acionistas da
MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.
Lajeado / RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Minupar Participações S.A.** (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Minupar Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as informações divulgadas nas notas explicativas nº 01 e para o fato de que a Companhia possui passivo a descoberto individual e consolidado (patrimônio líquido negativo) de R\$ 343.827 mil em 31 de dezembro de 2021, possui endividamento tributário, conforme detalhado nas notas explicativas 13 e 14. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, o que dependerá substancialmente, na manutenção dos resultados positivos, geração de caixa operacional e no sucesso do programa de saneamento implementado, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Lei nº 12.996/2014 e o gerenciamento dos passivos tributários não parcelados. Em dezembro de 2021 a Companhia possui contrato de prestação de serviço de abates de aves, por prazo determinado, que mantém junto à outra empresa do ramo, bem como continuam os esforços para controle de custos, despesas e a otimização dos processos internos, os quais permitirão alcançar resultados operacionais necessários a equalização dos resultados da Companhia. Conforme apresentado na Nota explicativa 01, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota explicativa 01, indicam a existência de incerteza

relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Valor recuperável (Impairment) de outros ativos, propriedade para investimentos, imobilizado e intangível de vida útil indefinida

Conforme descrito nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 8, 9, 10, e 11 a face à obrigatoriedade de testar anualmente o Impairment de ativos de vida útil indefinida e devido a existência de indicadores, a Companhia e suas controladas direta e indiretas avaliaram a existência de redução ao valor recuperável em relação a esses ativos, levando em consideração a sua unidade geradora de caixa ("UGC") e, para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-contábeis desenvolvidos internamente. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura da unidade geradora de caixa e valor de mercado (valor justo) para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros a obtenção junto a administração da Companhia o entendimento do processo operacional de revisão, preparação e validação do fluxo de caixa projetado preparado por Companhia. Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desses documentos, tais como preços de venda, custos operacionais e projeções de fluxos de caixa, bem como a análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos em tais documentos. Baseados nos procedimentos, consideramos recuperáveis os ativos relacionados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados acima, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia sobre Valor recuperável (*impairment*).

2. Impostos e contribuições sociais – Programas de parcelamento

Conforme descrito na nota explicativa nº 14, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos possui parcelamentos tributários de diversas modalidades sendo parte integrante dos programas de parcelamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), possui parcelamentos de débitos fiscais parcelados previstos na Lei 12.996/14 (Refis da Copa) e reabertura do parcelamento da Lei 11.941/09 (Refis da Crise), Lei 13.043/14, Lei 13.496/17 (PERT). Devido à relevância dos montantes reconhecidos como passivo tributário, oriundos principalmente de impostos parcelados, e ao fato de a Companhia, com o auxílio de seus assessores ter que exercer julgamento para determinar a sua mensuração e reconhecimento, e ao fato que mudanças nas condições externas podem impactar significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora. Desta forma consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram obtenção de evidências sobre o risco de perda considerado pela Companhia, posições tributárias adotadas, incluindo a documentação existente, pareceres e opiniões legais preparados por assessores tributários e/ou jurídicos, bem como a obtenção dos assessores da Companhia sobre o estágio atual e classificação de riscos envolvendo o diagnóstico e revisão dos impostos e contribuições federais mais relevantes, bem como:

- Avaliamos a conciliação entre os extratos de parcelamento dos órgãos governamentais na data-base de 31 de dezembro de 2021 e o passivo tributário registrado pela Companhia.
- Efetuamos recálculos de atualização dos passivos tributários com base nos índices de correção aplicáveis.
- Identificamos os pagamentos dos passivos tributários registrados durante o exercício e confrontamos com as guias de liquidação.
- Para o passivo tributário parcelado e que se encontra em processo de homologação perante os órgãos governamentais, obtivemos confirmação da situação da homologação através de consulta no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) emitido pela Companhia.
- Avaliamos as conciliações entre os saldos contábeis registrados com as planilhas de apuração e documentos pertinentes à apuração e avaliamos a mensuração dos valores divulgados tendo por base as políticas contábeis aplicadas pela Companhia e comparamos com as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.
- Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados acima, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia sobre os parcelamentos tributários.

3. Obrigações tributárias não parceladas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 13, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos possui o montante de R\$ 461.299 relativo obrigações tributárias não parceladas, em função dos montantes envolvidos e de que nos anos de 2018 e 2019 a Companhia efetuou a recomposição e a atualização destas obrigações na contabilidade como base as informações apresentadas pelos respectivos órgãos fiscais, Receita Federal e PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e ao fato de que as mudanças nos valores registrados podem impactar significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora. Desta forma consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento dos controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração, revisão das bases de cálculos para os tributos correntes e divulgação das obrigações tributárias, bem como:

- Avaliamos os argumentos e as opiniões legais, preparadas por consultores independentes contratados pela Companhia, que suportam a avaliação da probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, as quais fornecem informações sobre a natureza de cada tributo, esfera de cobrança, exposição e os valores registrados.

- Avaliamos as bases de cálculo dos tributos corrente em conjunto com as legislações fiscais vigentes.
- Efetuamos recálculos de atualização dos passivos tributários com base nos índices de correção aplicáveis.
- Avaliamos as conciliações entre os saldos contábeis registrados com as planilhas de apuração, os valores dos extratos emitidos junto à Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), bem como os documentos pertinentes à apuração e avaliamos a mensuração dos valores divulgados tendo por base as políticas contábeis aplicadas pela Companhia e comparamos com as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.
- Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia sobre as obrigações tributárias.

4. Provisões e passivos contingentes – cíveis, fiscais e trabalhistas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 17, a Companhia e suas controladas diretas e indiretas são partes passivas em uma série de processos judiciais relacionados a discussões cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso normal do negócio os quais envolvem montantes elevados. Algumas leis e regulamentos no Brasil tem elevado grau de complexidade o que aumenta o risco inerente de litígio. Portanto a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões para contingências, relativas a esses processos requer significativo julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo. Devido à relevância, complexidade e julgamentos envolvidos na avaliação, combinado com a definição do momento adequado da competência para fins de reconhecimento, mensuração e divulgações relacionados às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção e leitura de correspondências dos assessores jurídicos da Companhia; inspeção de atas de Reuniões de Diretoria e do Conselho de Administração; discussões com a Administração e com seus assessores jurídicos sobre a evolução das principais causas, e análise das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e leitura do Fato Relevante divulgado a respeito das ações cíveis em andamento.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as estimativas preparadas pela Administração na determinação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram por nos examinadas e emitimos relatório dos auditores independentes datado de 30 de março de 2021, com opinião sem modificação, contendo parágrafo de incerteza sobre a continuidade operacional, parágrafo de ênfase sobre a realização do Crédito Prêmio de IPI registrado, o qual não requer mais menção em 2021 devido a remota chance de êxito na ação, e como principais assuntos de auditoria “PAA” os assuntos relacionados são (1) Valor recuperável (Impairment) de outros ativos, propriedade para investimentos, imobilizado e intangível de vida útil indefinida; (2) Impostos e contribuições sociais – Programas de parcelamento, (3) Obrigações tributárias não parceladas, (4) Provisões e passivos contingentes – cíveis, fiscais e trabalhistas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para

as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, RS, 16 de março de 2022.

Sergio Laurimar Fioravanti

Contador – CRCRS nº 48.601

Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S

CRCRS nº 006706/O

CVM 12.360

ANEXO IV - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de R\$)

	NE	Controladora		Consolidado			NE	Controladora		Consolidado	
		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20			31/12/21	31/12/20		
Ativo Circulante						Passivo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	859	137	Fornecedores		264	264	13.386	11.234
Contas a receber	5	-	-	102.721	93.064	Salários e encargos sociais a pagar	12	156	146	13.820	14.065
Estoques	6	-	-	12.306	9.868	Empréstimos e financiamentos		-	-	107	93
Adiantamentos a fornecedores		-	-	183	446	Adiantamento de clientes		-	-	11.566	15.735
Impostos a recuperar	7	2	2	10.225	648	Obrigações tributárias	13	16	4	461.299	456.451
Outros ativos	8	-	-	1.303	1.200	Parcelamentos	14	29	33	7.386	7.247
Total do Ativo Circulante		2	2	127.597	105.363	Impostos diferidos	15	-	-	2.552	735
						Outros passivos		953	-	3.300	6.082
						Total do Passivo Circulante		1.418	447	513.416	511.642
Ativo Não Circulante						Passivo Não Circulante					
Depósitos judiciais	17	1	1	6.322	7.258	Partes relacionadas	16	28.727	22.519	32.902	32.294
Partes relacionadas	16	5.777	5.777	54	-	Empréstimos e financiamentos		-	-	250	312
Outros ativos	8	13.253	9.298	16.613	12.636	Parcelamentos	14	207	232	29.425	36.214
Impostos a recuperar		-	-	331	61	Impostos diferidos	15	-	-	17.386	17.956
Propriedade para investimento	9	-	-	25.878	26.022	Provisão para contingências	17	700	531	17.713	19.105
Imobilizado	10	-	-	89.787	92.469	Provisão para perda de investimentos	9	331.808	366.688	-	-
Intangível	11	-	-	349	314	Outros passivos		-	-	-	2.309
Total do Ativo Não Circulante		19.031	15.076	139.334	138.760	Total do Passivo Não Circulante		361.442	389.970	97.676	108.190
						Patrimônio Líquido					
						Capital social	18	120.108	120.108	120.108	120.108
						Ajuste de avaliação patrimonial	18	37.581	41.397	37.581	41.397
						Prejuízo acumulado		(503.787)	(539.101)	(503.787)	(539.101)
						Outros resultados abrangentes	18	(1.522)	740	(1.522)	740
						Reserva de Incentivos Fiscais	18	3.793	1.517	3.793	1.517
						Patrimônio Líquido atribuível aos controladores		(343.827)	(375.339)	(343.827)	(375.339)
						Participação dos não controladores		-	-	(334)	(370)
						Total do Patrimônio Líquido		(343.827)	(375.339)	(344.161)	(375.709)
Total do Ativo		19.033	15.078	266.931	244.123	Total do Passivo		19.033	15.078	266.931	244.123

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	NE	Controladora		Consolidado	
		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Receita operacional líquida	21	-	-	319.644	259.813
Custos operacionais	22	-	-	(239.583)	(186.356)
Lucro bruto		-	-	80.061	73.457
Outras receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	23	(945)	(750)	(12.499)	(10.347)
Com vendas	24	-	-	(20.408)	(11.696)
Outras despesas operacionais	25	(1.006)	(150)	(9.046)	(18.177)
Outras receitas operacionais	26	3.886	391	17.405	4.636
Total despesas operacionais		1.935	(509)	(24.548)	(35.584)
Resultado antes da equivalência patrimonial		1.935	(509)	55.513	37.873
Resultado de equivalência patrimonial	9	37.142	20.246	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		39.077	19.737	55.513	37.873
Despesas financeiras	27	(5.303)	(3.184)	(30.780)	(27.144)
Receitas financeiras	28	-	-	17.946	12.794
Resultado financeiro		(5.303)	(3.184)	(12.834)	(14.350)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e de contribuição social		33.774	16.553	42.679	23.523
Imposto de renda e contribuição social diferido	15.1	-	-	(1.247)	(3.189)
Imposto de renda e contribuição social corrente	15.1	-	-	(7.622)	(3.761)
Lucro (prejuízo) líquido do período		33.774	16.553	33.810	16.573
Lucro (prejuízo) do período atribuído aos acionistas controladores		-	-	33.774	16.553
Lucro (prejuízo) do período atribuído aos acionistas não controladores		-	-	36	20
Lucro (prejuízo) diluído por ação		4,75683	2,33138	4,76190	2,33419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	21/12/20
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) do período	33.774	16.553	33.774	16.553
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	-	-	6.408	6.410
Provisão para riscos de créditos	-	-	2.571	(428)
Juros e encargos financeiros sobre empréstimos	-	-	80	19
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	1.247	2.545
Participação de minoritários	-	-	36	20
Baixa de bens do imobilizado e intangível	-	-	611	642
Provisão (Reversão) para contingências	169	150	12.329	3.034
Provisão (Reversão) de encargos legais	836	-	836	-
Atualização de passivos tributários	-	-	12.350	6.355
Ajuste a valor presente	(73)	(794)	(73)	(794)
Ajuste trava cambial	-	-	(2.264)	740
Resultado de equivalência patrimonial	(37.142)	(20.246)	-	-
	(2.436)	(4.337)	67.905	35.096
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	-	-	(12.228)	(38.407)
Estoques	-	-	(2.438)	(2.761)
Impostos a recuperar	-	-	(9.847)	(346)
Adiantamento a fornecedores	-	-	263	(251)
Outros ativos	(3.882)	376	(4.007)	110
Depósitos judiciais	-	-	936	(931)
	(3.882)	376	(27.321)	(42.586)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	-	-	2.152	3.574
Obrigações tributárias	(17)	(31)	(14.152)	(3.753)
Salários e encargos sociais a pagar	10	(4)	(245)	1.002
Adiantamento de clientes	-	-	(4.169)	14.515
Provisão para contingências	-	-	(13.721)	(1.023)
Outras obrigações	117	-	(5.924)	263
	110	(35)	(36.059)	14.578
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(6.208)	(3.996)	4.525	7.088
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição imobilizado	-	-	(4.131)	(7.589)
Aquisições de intangíveis	-	-	(97)	(52)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	-	-	(4.228)	(7.641)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(128)	(91)
Varição líquida com partes relacionadas	6.208	3.996	553	498
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	6.208	3.996	425	407
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	-	-	722	(146)
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	-	-	137	283
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	-	-	859	137
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	-	-	722	(146)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Consolidado							
	Capital Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Outros Result. Abrang.	Reserva de Incentivos Fiscais	Patrim. Líquido	Particip. dos Não Control.	Patrim. Líquido Consol.
Saldos em 31 de dezembro de 2019	120.108	44.734	(555.482)	(1.992)	-	(392.632)	(390)	(393.022)
Lucro líquido do exercício	-	-	16.553	-	-	16.553	20	16.573
Ajuste de trava cambial	-	-	-	740	-	740	-	740
Ajuste de conversão do período	-	(1.350)	1.345	1.992	-	1.987	-	1.987
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	(1.987)	-	-	-	(1.987)	-	(1.987)
Reserva de subvenções governamentais	-	-	(1.517)	-	1.517	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	120.108	41.397	(539.101)	740	1.517	(375.339)	(370)	(375.709)
Lucro líquido do exercício	-	-	33.774	-	-	33.774	36	33.810
Ajuste de trava cambial	-	-	-	(2.262)	-	(2.262)	-	(2.262)
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	(3.816)	3.816	-	-	-	-	-
Reserva de subvenções governamentais	-	-	(2.276)	-	2.276	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	120.108	37.581	(503.787)	(1.522)	3.793	(343.827)	(334)	(344.161)

Demonstração do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Prejuízo líquido do período	33.774	16.553	33.810	16.573
Outros resultados abrangentes	(1.522)	740	(1.522)	740
Resultado abrangente total	32.252	17.293	32.288	17.313
Atribuído aos acionistas controladores			32.252	17.293
Atribuído aos acionistas não controladores			36	20

Demonstração do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Receitas	-	-	348.945	280.872
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	343.218	277.939
Outras receitas	-	-	8.298	2.505
Provisão para riscos de créditos	-	-	(2.571)	428
Insumos adquiridos de terceiros	(1.530)	(573)	(153.927)	(118.016)
Custo de produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(131.710)	(100.294)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.530)	(573)	(22.217)	(17.722)
Valor adicionado bruto	(1.530)	(573)	195.018	162.856
Depreciação, amortização e exaustão	-	-	(6.408)	(6.410)
Valor adicionado líquido produzido	(1.530)	(573)	188.610	156.446
Valor adicionado recebido por transferência	40.911	20.636	18.107	2.191
Resultado de equivalência patrimonial	37.142	20.246	-	-
Receitas Financeiras	-	-	4.898	1.221
Outras	3.769	390	13.209	970
Valor adicionado total a distribuir	39.381	20.063	206.717	158.637
Distribuição do valor adicionado	39.381	20.063	206.717	158.637
Remuneração do Trabalho	320	303	117.841	101.519
Remuneração direta	246	132	96.422	81.724
Benefícios	74	171	14.984	13.518
FGTS	-	-	6.435	6.277
Remuneração do Governo	100	23	33.231	24.974
Federais	100	23	17.330	12.637
Estaduais	-	-	15.901	12.337
Remuneração Capitais de Terceiros	5.187	3.184	21.835	15.571
Juros	5.187	3.184	21.835	15.571
Outros	-	-	-	-
Remuneração de capitais próprias	33.774	16.553	33.810	16.573
Prejuízo do exercício	33.774	16.553	33.774	16.553
Participações de minoritários	-	-	36	20

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional

1.1 - Atividades desenvolvidas

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central e Ásia.

1.2 - Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As informações contábeis individuais e consolidadas da Minupar foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Minupar entende ser capaz de cumprir com as obrigações sociais, tributárias e parcelamentos (notas explicativas 12, 13 e 14), muito embora não se descarta a necessidade de recorrer a fontes de financiamento.

1.3 - Continuidade operacional

A administração da Companhia vem atuando fortemente na manutenção e regularização da dívida tributária, e neste sentido, efetuou adesão em programas de parcelamentos tributários, os quais atualmente encontram-se vigentes e adimplentes, conforme exposto no quadro a seguir:

	Período de Adesão	Controladora		Consolidado	
		Dívida Parcelada	Saldo em 31/12/21	Dívida Parcelada	Saldo em 31/12/21
Parcelamento - Lei 11.941/09	2009	67	25	67	25
Parcelamento - Lei 12.996/14	2014	497	211	84.340	16.657
Parcelamento - PERT	2017	-	-	47.276	9.706
	Total	564	236	131.683	26.388

A Companhia concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo, a manutenção destas atividades só se faz possível visto as condições específicas do contrato relacionadas a habilitações para atendimento de quesitos de qualidade técnica dos produtos, produção personalizada para determinados clientes, e ciclo produtivo na prestação de serviços de produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos e processamento industrial de carne de frango, através do seu complexo agroindustrial localizado na região de Lajeado (RS). As operações contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de alojamento e granja de produção de ovos, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos. O quadro de pessoas envolvidas neste ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevada dívida tributária, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos

negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

1.4 - Covid-19

Em virtude da pandemia causada pelo COVID-19, a Companhia informa que diversas ações foram implantadas a partir de março de 2020, cujo objetivo central sempre foi a adequação as orientações indicadas pela OMS - Organização Mundial de Saúde, bem como a preservação da saúde e segurança de seus colaboradores.

A Companhia informa que referente aos efeitos da Pandemia ocasionada pelo COVID-19, incorreu em gastos adicionais, apurados a partir de abril de 2020, os quais, até Dezembro de 2021 totalizam R\$ 5.145 mil (até dezembro de 2020 totalizou R\$ 3.496 mil), e estão relacionados a produtos de limpeza e higienização, acréscimo nos serviços de transportes a funcionários, adaptações estruturais nas instalações da empresa, como aumento dos espaços de lazer, enfermaria e refeições dos funcionários, compra de testes do COVID-19, doações a hospitais e vacinas de gripe.

Apresentamos no quadro a seguir os valores apurados de forma detalhada, os quais estão registrados no resultado em suas contas de origem:

Natureza do Gasto	2020	2021	Total	%
Transporte de funcionários	608	784	1.392	27%
Testes covid	801	252	1.053	20%
EPI's	916	376	1.292	25%
Adequações estruturais	506	217	723	14%
Auxílio creche	244	-	244	5%
Doações	219	-	219	4%
Materiais para alimentação	166	20	186	4%
Outros	36	-	36	1%
Total	3.496	1.649	5.145	100%

Em relação a proteção e cuidados com a saúde de seus colaboradores, a Companhia procedeu de forma muito rigorosa desde o início da pandemia, realizando o afastamento de colaboradores classificados no grupo de risco, e chegou a ter, no período mais crítico da pandemia, aproximadamente 500 pessoas afastadas.

1.5 Análise dos efeitos da Covid-19 nas demonstrações contábeis

De acordo com as orientações contidas nos ofícios circulares da CVM/SNC 02/2020, 03/2020, 01/2021 e 01/2022, a Companhia informa que procedeu com a análise dos principais riscos e incertezas advindos pela Covid-19 frente suas demonstrações contábeis, de modo que as principais análises são reportadas a seguir:

- (i) Continuidade operacional: Não foram identificados elementos que configurem risco de descontinuidade operacional.
- (ii) Contas a receber: Os saldos das contas a receber foram analisados, levando em consideração se os efeitos da Covid-19 indicam ajuste de perdas esperadas destas rubricas.
- (iii) Estoques: São avaliados pelo custo de aquisição líquido de impostos ou pelo efetivo valor de realização, desta análise não há nenhum elemento relacionado ao Covid-19 que indique qualquer ajuste nesta rubrica.
- (iv) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - "impairment": A Companhia não identificou indicativos de impairment no período findo em 31 de dezembro de 2021.

1.6 Aprovação das Demonstrações Contábeis

Em atendimento à disposição do artigo 25º, inciso I, alínea “b” do Estatuto Social da Minupar Participações S.A, a Diretoria submeteu as Demonstrações Contábeis devidamente auditadas pela empresa independente Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S., para apreciação e deliberação do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia, e no dia 16 de março de 2022 as referidas demonstrações contábeis foram aprovadas e sua divulgação foi autorizada.

2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício de 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09, normas brasileiras de contabilidade, pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC e aprovados pela comissão de valores mobiliários - CVM.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Declaração de conformidade

3.1.1 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo conselho federal de contabilidade e aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações contábeis consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com as normas de contabilidade emitidas pelo conselho federal de contabilidade, aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Demonstrações contábeis individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para perdas esperadas, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos ou passivos financeiros em:

- i) custo amortizado; e
- ii) valor justo por meio de resultado.

Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

Conforme previsto na norma NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros é realizada através dos seguintes critérios:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo, os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivo, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

- Contas a receber de clientes (nota 5);
- Outros ativos (nota 8);
- Propriedades para investimentos (nota 9.b)
- Imobilizado (nota 10)
- Intangível (nota 11)

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.7 Contas a receber

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

O critério utilizado para o reconhecimento de provisão para perda dos créditos vinculados às contas a receber é revisado mensalmente, tendo como base a análise dos títulos vencidos, as práticas contábeis e as regras fiscais.

3.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Em consonância ao critério adotado para reconhecimento das receitas, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais, também fora ajustado o reconhecimento dos estoques, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

3.9 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.10 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.11 Investimentos

3.11.1 Participações societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora.

3.11.2 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.12 Imobilizado

De acordo com a deliberação CVM n° 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.13 Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos:

- a) Ativo intangível de vida útil definida; e
- b) Ativo intangível de vida útil indefinida.

Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através na análise do valor em uso.

As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangíveis estão em conformidade com a deliberação CVM n° 644/10.

3.14 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos, tais como: propriedade para investimentos, ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que

tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.16 Estimativas dos ativos e passivos contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedem à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.17 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério pode ser aplicado aos ativos e passivos circulantes, quando seu efeito for considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM n° 564/08.

3.18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.19 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

O reconhecimento de receita também leva em consideração os critérios previstos na NBC TG 47 - Receita de contratos com clientes, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas,

essas premissas auxiliam no controle e avaliação dos riscos de crédito com clientes, bem como na análise de histórico com perdas sobre créditos.

3.20 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.21 Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela administração são:

- (a) as provisões para perdas esperadas, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e
- (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.22 Demonstração do valor adicionado - DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Caixa	-	-	4	2
Bancos - Conta Corrente	-	-	855	135
Total	-	-	859	137

5 - Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Mercado interno	-	-	46.155	47.511
Mercado externo	-	-	61.357	45.639
Trava Cambial	-	-	(1.524)	740
(-) Provisão para perdas esperadas	-	-	(3.267)	(826)
Total	-	-	102.721	93.064

Vencidos	31/12/21		31/12/20	
Até 30 dias	10.024	10%	7.477	8%
De 31 a 60 dias	233	0%	4	0%
De 61 a 90 dias	10	0%	987	1%
De 91 a 120 dias	19	0%	1.552	2%
De 121 a 150 dias	11	0%	1	0%
De 151 a 180 dias	4	0%	1	0%
Acima de 180 dias	3.267	3%	826	1%
Sub-total	13.568	13%	10.848	12%
À vencer				
Até 30 dias (a)	83.568	81%	70.503	76%
De 31 a 60 dias	8.852	9%	12.539	13%
Sub-total	92.420	90%	83.042	89%
Provisão para perda esperada	(3.267)	-3%	(826)	-1%
Total	102.721	100%	93.064	100%

(a) Parte do montante demonstrado no quadro acima como “títulos a vencer até 30 dias” refere-se à valores de câmbios já recebidos, porém não liquidados, essa quantia, em 31 de dezembro de 2021 representa o montante de R\$ 56.379 (R\$ 43.811 em 31 de dezembro de 2020).

6 - Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Produtos prontos	-	-	2.021	1.589
Produtos em elaboração	-	-	163	39
Matérias primas	-	-	2.173	2.407
Materiais de embalagem	-	-	2.749	1.650
Materiais de manutenção	-	-	4.907	4.183
Estoque em poder de terceiro	-	-	293	-
Total	-	-	12.306	9.868

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.

7 - Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
IRRF a recuperar	-	-	2	3
IRPJ e CSLL a recuperar	2	2	4	4
PIS e COFINS a recuperar	-	-	390	174
ICMS a recuperar	-	-	-	1
ICMS a recuperar - Imobilizado	-	-	267	466
Crédito de ICMS na base do PIS e COFINS (a)	-	-	9.562	-
Circulante	2	2	10.225	648
ICMS a Recuperar - Imobilizado	-	-	331	61
Não Circulante	-	-	331	61

a) Incidência de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, apresenta discussão sobre o direito de excluir o ICMS da base de cálculo das Contribuições ao PIS e da COFINS em duas medidas judiciais: nos autos do Mandado de Segurança nº 5002947-14.2011.4.04.7111, limitado ao período anterior à 31 de dezembro de 2014, o qual já teve seu trânsito em julgado de decisão favorável aos interesses da empresa, e, nos autos do Mandado de Segurança nº 5000196-73.2019.4.04.7111, relacionado ao período posterior à 31 de dezembro de 2014, o qual foi deferido, via medida liminar, a suspensão pela exigibilidade da contribuição ao PIS e da COFINS sobre os valores correspondentes ao ICMS e corroborado por meio de sentença.

A partir de junho de 2019, a Companhia se utiliza da decisão liminar relacionada ao Mandado de Segurança nº 5000196-73.2019.4.04.7111, que suspendeu a exigibilidade da contribuição ao PIS e da COFINS sobre os valores correspondentes ao ICMS, e passou a efetuar a tributação de PIS e COFINS sobre as suas vendas já com a base de cálculo sem a incidência do ICMS.

Posteriormente, com base nas discussões judiciais da Companhia, bem como a decisão do STF no processo RE 574.706 com repercussão geral, onde ficou definido a inconstitucionalidade da incidência do PIS e COFINS sobre o ICMS destacado em nota fiscal, a Companhia procedeu com o levantamento de informações e documentos para apuração dos créditos tributários, e após longo processo de revisão e conciliação, efetuou, em dezembro de 2021, o reconhecimento dos valores apurados, os quais totalizaram o montante de R\$ 9.562, sendo R\$ 5.343 referente a parte principal do crédito, e destacado neste relatório através da nota explicativa nº 26 – Outras Receitas Operacionais, e R\$ 4.219 referente a parcela de juros sobre atualização dos créditos fiscais, destacado neste relatório através da nota explicativa nº 28 – Receitas Financeiras.

8 - Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Adiantamentos	-	-	172	237
Consórcios contemplados	-	-	964	822
Despesas antecipadas	-	-	167	141
Circulante	-	-	1.303	1.200
Agostinho Carrer Part. Ltda	13.253	9.298	13.253	9.309 (i)
Outros	-	-	3.360	3.327
Não Circulante	13.253	9.298	16.613	12.636

(i) Em 04 de Outubro de 2019, Agostinho Carrer Participações S.A, Minupar Participações S.A. e sua controlada direta, Companhia Minuano de Alimentos celebraram acordo judicial, o qual envolveu todos os processos objetos de litígio entre as partes (ação de execução de título extrajudicial, embargos à execução, ações de cobrança e carta precatória de avaliação de bens).

Em fevereiro de 2020 houve penhora no rosto dos autos, sendo expedida ordem para devedora depositar judicialmente o valor das parcelas, todavia, meses depois, devido aos impactos causados pela COVID-19, a empresa Agostinho Carrer Participações S.A. notificou que devido à crise do setor avícola iriam utilizar do prazo de carência previsto no contrato, suspendendo os pagamentos pelo período de 03 meses. Posteriormente, as partes transacionaram, mediante concessões mútuas e através de aditivo ao acordo, a suspensão parcial do pagamento das parcelas pelo período de 04 meses, ficando acordado a obrigação de depositar judicialmente o valor dos juros compensatórios e atualização monetária incidente sobre o saldo devedor.

Após longas negociações, e novos aditivos contratuais, as partes estipularam novos períodos de suspensão dos pagamentos, de forma que os pagamentos de forma integral serão retomados a partir de maio de 2022.

De março de 2020 até dezembro de 2021 foram realizados pagamentos de juros compensatórios e atualização monetária incidente sobre o saldo devedor, totalizando R\$ 3.883, sendo R\$ 2.321 reconhecido no resultado do exercício de 2021.

9 - Investimentos

a) Participações societárias

Em 31/12/2021 a Companhia é controladora direta das seguintes empresas:

	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Total
Participação societária (%)	99,99%	100,00%	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2020	(269.089)	(97.599)	(366.688)
+/- Equivalência Patrimonial	27.250	9.892	37.142
+/- Ajuste refl exo da trava cambial - NBC TG 48	(1.659)	(603)	(2.262)
Provisão para perda de investimento em 31/12/2021	(243.498)	(88.310)	(331.808)

b) Propriedades para investimento

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

Grupo	Consolidado 31/12/21			Consolidado 31/12/20		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.742	-	7.742	7.742	-	7.742
Obras civis	24.498	(6.393)	18.105	24.498	(6.393)	18.105
Máquinas e equipamentos	11.390	(6.319)	5.071	11.587	(6.372)	5.215
Outros	315	(209)	106	318	(212)	106
(-) Impairment	(5.146)	-	(5.146)	(5.146)	-	(5.146)
Total	38.799	(12.921)	25.878	38.999	(12.977)	26.022

Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 31 de dezembro de 2021 foram avaliados por meio de cotação junto a imobiliária, e desta avaliação não foi identificada necessidade de ajuste por perda de ativo para este exercício. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/20	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 31/12/21
Terrenos	7.742	-	-	-	-	7.742
Obras civis	18.105	-	-	-	-	18.105
Máquinas e equipamentos	5.215	12	(144)	(12)	-	5.071
Outros	106	-	-	-	-	106
(-) Impairment	(5.146)	-	-	-	-	(5.146)
Total	26.022	12	(144)	(12)	-	25.878

No quadro a seguir são demonstradas as propriedades para investimento, com as respectivas avaliações a valor justo, a qual é realizada anualmente. Deste modo, os valores apresentados no quadro a seguir são relativos à 31 de dezembro de 2021:

		Valor contábil 31/12/2021	Valor justo 31/12/2021	Unidade Alugada
Abatedouro Frigorífico de Suínos	Armazem - SC	3.850	4.958	Não
Fábrica de Embutidos	Jaraguá do Sul - SC	1.345	12.650	Sim
Abatedouro Frigorífico de Aves	Passo Fundo - RS	8.877	12.260	Sim
Comercialização de Ovos	Lajeado - RS	4.166	5.750	Sim
Granjas	Cruzeiro - RS	2.462	6.560	Não
Total em Prédios e Terrenos		20.700	42.178	
Máquinas e Equipamentos	N/A	5.071	-	
Outros	N/A	107	-	
Total		25.878	42.178	

A metodologia utilizada pela Companhia para avaliação das propriedades para investimento é baseada na apuração do valor justo, no qual os valores de terrenos e prédios são mensurados por profissional técnico, devidamente cadastrado no CRECI - Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Rio Grande do Sul, acrescenta-se ainda nesta análise a avaliação de maquinários disponíveis nas respectivas propriedades, estes são avaliados pelo valor de custo histórico deduzidos da depreciação acumulada.

O montante de aluguel gerado pelas propriedades para investimento foi de R\$ 398 para o exercício de 2021 (R\$ 175 referente exercício de 2020), conforme apresentado em nota explicativa nº 26 - Outras Receitas Operacionais.

10 - Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

Grupo	Taxas	31/12/21			31/12/20		
		Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	15.593	-	15.593
Prédios	2,50%	74.324	(26.232)	48.092	72.294	(24.483)	47.811
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	66.388	(44.035)	22.353	65.727	(39.883)	25.844
Moveis e utensílios	8,33%	5.150	(3.728)	1.422	4.859	(3.529)	1.330
Computadores e periféricos	33,33%	2.681	(1.338)	1.343	1.497	(1.101)	396
Veículos	20,00%	891	(692)	199	664	(654)	10
Imobilizações em andamento	-	785	-	785	1.485	-	1.485
Outros	-	13	(13)	-	13	(13)	-
Total		165.825	(76.038)	89.787	162.132	(69.663)	92.469

A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em					Saldo em
	31/12/20	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	47.811	2.231	(13)	(1.937)	-	48.092
Maquinas e equipamentos	25.844	504	(133)	(3.862)	-	22.353
Moveis e utensílios	1.330	314	(6)	(216)	-	1.422
Computadores e periféricos	396	1.232	(4)	(281)	-	1.343
Veículos	10	228	-	(39)	-	199
Imobilizações em andamento	1.485	(390)	(310)	-	-	785
Total	92.469	4.119	(466)	(6.335)	-	89.787

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

11 - Intangível

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de intangível:

Grupo	Taxas	31/12/21			31/12/20		
		Custo	Amort.	Líquido	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	679	(478)	201	584	(418)	166
Marcas e Patentes	-	148	-	148	148	-	148
Total		827	(478)	349	732	(418)	314

A movimentação dos intangíveis apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em					Saldo em
	31/12/20	Adições	Baixas	Amort.	Transf.	
Softwares	166	97	(1)	(61)	-	201
Marcas e Patentes	148	-	-	-	-	148
Total	314	97	(1)	(61)	-	349

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos intangíveis, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos intangíveis, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

12 - Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Provisões de férias e 13º salário	-	-	7.718	7.373
Salários / Pró-labore a pagar	156	146	3.272	3.466
Rescisões a pagar	-	-	44	13
Outras obrigações a pagar	-	-	2.786	3.213
Total	156	146	13.820	14.065

13 - Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
INSS a recolher	12	3	258.171	250.887
FGTS a recolher	-	-	3.693	3.574
IRRF a recolher	3	1	458	239
IRPJ a recolher	-	-	98.206	102.049
CSLL a recolher	1	-	37.074	36.850
COFINS a recolher	-	-	47.152	46.357
PIS a recolher	-	-	10.059	9.887
Impostos Retidos	-	-	27	21
ICMS a recolher	-	-	1.791	2.000
Outros	-	-	4.668	4.587
Total	16	4	461.299	456.451

A Companhia realizou a equalização da dívida tributária, utilizando como base os débitos informados pelos respectivos agentes de cobrança (PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil), no quadro abaixo demonstra-se os valores de forma segregada.

	31/12/21			31/12/20		
	RFB	PGFN	Total	RFB	PGFN	Total
INSS a recolher	1.354	256.817	258.171	1.322	249.565	250.887
FGTS a recolher	735	2.958	3.693	675	2.899	3.574
IRRF a recolher	458	-	458	239	-	239
IRPJ a recolher	1.678	96.528	98.206	7.329	94.720	102.049
CSLL a recolher	621	36.453	37.074	1.240	35.610	36.850
COFINS a recolher	-	47.152	47.152	-	46.357	46.357
PIS a recolher	-	10.059	10.059	-	9.887	9.887
Impostos Retidos	27	-	27	21	-	21
ICMS a recolher	457	1.334	1.791	376	1.624	2.000
Outros	54	4.614	4.668	52	4.535	4.587
	5.384	455.915	461.299	11.254	445.197	456.451

14 - Parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
PERT (a)	-	-	1.274	1.179
Lei 12.996/14 (b)	23	25	2.100	2.045
Lei 11.941/09	6	8	6	8
FGTS	-	-	711	690
ICMS	-	-	268	224
Ordinário	-	-	3.027	3.101
Circulante	29	33	7.386	7.247
PERT (a)	-	-	8.432	9.357
Lei 12.996/14 (b)	188	207	14.557	16.204
Lei 11.941/09	19	25	19	25
FGTS	-	-	5.141	5.677
ICMS	-	-	180	380
Ordinário	-	-	1.096	4.571
Não Circulante	207	232	29.425	36.214

(a) Pert

A Companhia aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea “b”) e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea “b”).

Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, abaixo, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

Total dos débitos incluídos no PERT	56.548 (i)
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
(-) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2020	(14.726)
(+) Atualização Selic até dezembro de 2020	1.777
Saldo remanescente em 31/12/2020	10.536
(+) Atualização Selic de Jan-21 até Dez-21	360
(-) Pagamentos efetuados de Jan-21 até Dez-21	(1.190)
Saldo remanescente em 31/12/2021	9.706
Circulante	1.274
Não circulante	8.432

(i) O montante de R\$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da receita federal do Brasil	Débitos previdenciários	8.078
	Demais débitos	1.729
Procuradoria-geral da fazenda	Débitos previdenciários	856
	Demais débitos	45.885
Total		56.548

(ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea “b”, da Lei 13.496/17:

No quadro a seguir, consta a memória de cálculo das referidas reduções:

Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia		
						%	RS	
Procuradoria-Geral da Fazenda	Débitos previdenciários	Principal	430	(86)	344	0%	-	
		Multa	86	(17)	69	50%	35	
		Juros	197	(39)	158	80%	126	
		Encargos	143	(29)	114	100%	114	
	Demais débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-	
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171	
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654	
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118	
	Total			46.741	(9.349)	37.392		25.218

As dívidas parceladas na esfera da Receita Federal do Brasil não tiveram anistia de valores referente a multa, juros e encargos legais.

(b) Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela receita federal do Brasil - RFB e procuradoria geral da fazenda nacional - PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	76.297
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	27.900
Amortização líquida até 31/12/21	(11.243)
Saldo remanescente em 31/12/2021	16.657
Circulante	2.100
Não circulante	14.557

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

15- Impostos diferidos

Base de cálculo do Imposto Diferido reconhecido em 2010 em virtude do reconhecimento do custo atribuído:

Ativo ajustado	Custo Atribuído	Impostos Diferidos		
		IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Terrenos	15.719	3.930	1.415	5.345
Obras Civis	33.592	8.398	3.023	11.421
Máquinas e equipamentos	13.263	3.316	1.194	4.510
Móveis e Utensílios	3.619	905	326	1.231
Veículos	191	48	17	65
Computadores e Periféricos	582	146	52	198
Total	66.966	16.743	6.027	22.770
Diferimento até 31/12/2021		(5.557)	(2.000)	(7.557)
(A) = Saldo em 31/12/2021		11.186	4.027	15.213

Base de cálculo do Imposto Diferido reconhecido em 2021 sobre as diferenças temporárias:

Diferenças Temporárias	Valor	Impostos Diferidos		
		IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Depreciação Atividade Rural	10.206	2.552	919	3.471
Créditos fiscais não compensados	5.343	1.336	481	1.817
Diferimento até 31/12/2021		(414)	(149)	(563)
(B) = Saldo em 31/12/2021		3.474	1.251	4.725
(A + B) = Saldo em 31/12/2021		14.660	5.278	19.938
	Circulante	1.876	676	2.552
	Não circulante	12.784	4.602	17.386
	Consolidado			
		31/12/21	31/12/20	
IRPJ diferido		1.876	547	
CSLL diferido		676	188	
Circulante		2.552	735	
IRPJ diferido		12.784	13.203	
CSLL diferido		4.602	4.753	
Não circulante		17.386	17.956	

A Companhia não reconhece imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa, todavia, o montante estimado de imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa para 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 28.030 mil.

15.1 - Apuração da alíquota efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social

No quadro a seguir se demonstra a conciliação entre a despesa calculada pela aplicação da alíquota fiscal nominal frente a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no demonstrativo de resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Resultado antes do IR e CS	33.774	16.553	42.679	23.523
Aliquota fiscal nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	11.483	5.628	14.511	7.998
Conciliação para despesa tributária efetiva				
Resultado de participações societárias	(12.628)	(6.884)	-	-
Ajuste a valor presente	(25)	(270)	(25)	(270)
Provisões de despesas	-	-	47	71
Contingências	58	51	621	(619)
Despesas indedutíveis	323	1.350	361	1.529
Diferença de depreciação	-	-	124	(3.120)
Variação Cambial	-	-	(955)	204
Ajustes de faturamento	-	-	111	159
Recuperação de despesas	(1)	-	(607)	(43)
Verbas Indenizatórias	(1.320)	(133)	(2.797)	(181)
Subvenções Governamentais	-	-	(776)	(485)
Outros	-	-	(488)	(11)
Diferenças temporárias	-	-	1.247	3.189
Compensação com PF e BN	-	-	(3.350)	(1.389)
Parcela isenta - adicional 10%	-	-	(24)	(82)
Provisão de Devedores Duvidosos	-	-	869	-
Despesa efetiva de IR e CSLL	(2.110)	(258)	8.869	6.950
IRPJ e CSLL - Diferido	-	-	(1.247)	(3.189)
IRPJ e CSLL - Corrente	-	-	(7.622)	(3.761)
Alíquota de imposto efetiva	0%	0%	21%	30%

16 - Partes relacionadas

a) Remuneração dos administradores

A remuneração global anual dos administradores das controladas diretas, Sulaves e Valepar, bem como de sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, foi fixada na assembleia geral ordinária realizada em 30 de abril de 2021 da seguinte forma:

- a) Sulaves - em até R\$ 250 mil;
- b) Valepar - em até R\$ 250 mil; e
- c) Minuano - em até R\$ 2.000 mil.

Quanto a remuneração global anual dos administrados da Minupar Participações S.A., foi fixada na assembleia geral ordinária realizada em 14 de junho de 2021, na qual deliberou-se pela aprovação da remuneração global anual de R\$ 300 mil.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da administração recebida no ano de 2021:

	31/12/21		31/12/20	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Conselho de adm e fiscal	190	190	190	190
Diretoria executiva	69	1.463	52	778

b) Operações com partes relacionadas

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Valepar S/A	517	517	-	-
Companhia Minuano	5.260	5.260	-	-
Outros	-	-	54	-
Total	5.777	5.777	54	-
Passivo não circulante	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Serra do Roncador Part. Ltda	-	-	11.498	16.141
Companhia Minuano	7.323	6.365	-	-
Acionistas e outros	21.404	16.154	21.404	16.153
Total	28.727	22.519	32.902	32.294

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Os juros atribuídos nas operações entre partes relacionadas foram pactuados dentro das condições de mercado praticada na época em que os respectivos contratos foram formalizados.

17 - Provisão para contingência

a) Contingências Passivas

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foram apuradas as seguintes provisões de contingências e respectivos depósitos judiciais:

Natureza	Consolidado			Consolidado		
	31/12/21			31/12/20		
	Contingências	Depósitos	Saldo Residual	Contingências	Depósitos	Saldo Residual
Trabalhista	11.673	(5.312)	6.361	10.797	(5.629)	5.168
Cível	5.624	(1.010)	4.614	7.915	(1.629)	6.286
Tributária	416	-	416	393	-	393
Total	17.713	(6.322)	11.391	19.105	(7.258)	11.847

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para 31 de dezembro de 2021, processos judiciais com probabilidade de risco de perda “possível” na quantia de R\$ 99.477 (R\$ 80.945 em 31 de dezembro de 2020), destes, R\$ 91.404 (R\$ 71.045 em 31 de dezembro de 2020) são relativos à natureza cível e R\$ 8.073 (R\$ 9.900 em 31 de dezembro de 2020) são relativos à natureza trabalhista.

O principal processo que compõem o saldo de R\$ 91.404, refere-se a ação no montante de R\$ 71.838, cujo o tema foi motivo de divulgação de fato relevante em 05 de março de 2020, onde a Companhia divulgou que obteve decisão desfavorável em primeira instância no processo de natureza cível, nº 017/1.13.0002978-6, o qual se discute o pagamento dos honorários contratuais de sucesso quando da validação do crédito prêmio de IPI sobre exportações, o não pagamento destes honorários se deu pelas razões dos questionamentos e glosas feitos pela Receita Federal quando a Companhia utilizou os referidos créditos.

O processo supramencionado é relacionado no relatório de contingenciamento da Companhia, e de acordo com a análise individualizada pelos nossos assessores jurídicos está classificado com o prognóstico de risco de perda “possível”, visto que todos os recursos legais não se esgotaram na esfera judicial, sendo factível a reversão da decisão em segunda instância, deste modo não há condições neste momento para determinar uma futura saída de recursos.

Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas 13 e 14.

18 - Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social da Companhia ao final do período é de R\$ 120.108 mil representado por 7.100.100 (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através das NBC TG's aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

Devido a estrutura limitada de agrupamento de contas disponíveis no formulário de informações exigido pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, a Companhia procedeu com a reclassificação dos valores correspondentes ao ajuste de avaliação patrimonial, os quais inicialmente estavam classificados na coluna de “Reserva de Lucros”, e passaram a ser demonstrados na coluna de “Outros resultados abrangentes”.

c) Reserva legal

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Subvenções governamentais

A controlada indireta possui incentivo fiscal concedido pelo governo estadual a título de crédito fiscal presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2021 do incentivo fiscal totaliza a quantia de R\$ 3.793, conforme demonstrado em rubrica destacada no Patrimônio Líquido denominada “Reserva de Incentivos Fiscais”.

Em 30 de setembro de 2021, o governo do estado do Rio Grande do Sul, emitiu os decretos, 56.116 e 56.117, os quais modificam a metodologia de cálculo do referido incentivo fiscal, e também altera o prazo de encerramento do referido benefício, inicialmente o prazo previsto para tomada do benefício seria até 31 de dezembro de 2021, todavia, pelos novos decretos, não há menção de prazo final, apenas indicação de um cronograma vinculado a apuração do benefício, limitando a quantificação do crédito através de coeficientes, conforme indicado no quadro abaixo:

ANO	Coeficiente FAF
2022	0,95
2023	0,90
A partir de 2024	0,85

e) Dividendos

Quando aplicável e de acordo com o estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

f) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas.

19 - Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, no quadro a seguir são apresentados os valores dos ativos assegurados:

Local de Risco	Ativos Próprios	Ativos de Terceiros	Total
Sede Administrativa	4.650	-	4.650
Abatedouros	57.380	2.200	59.580
Fábrica de Embutidos	15.900	-	15.900
Fábrica de Rações	20.300	-	20.300
Incubatório	15.050	5.970	21.020
Central de Ovos	1.900	-	1.900
Granja - Produção de Ovos	6.970	-	6.970
Granja - Alojamento	12.747	2.771	15.518
Total	134.897	10.941	145.838

20 - Instrumentos financeiros e derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

a) Risco de crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato de a Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 29% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas ao dólar, por compreender que se trata de risco administrável, porém periodicamente é realizada análise e acompanhamento do saldo vinculado à recebíveis em dólar, e com base nessa análise se efetuam contratos de trava cambial não vinculados às operações, os quais eliminam os riscos de variação cambial;

O critério adotado pela Companhia para realizar a análise de sensibilidade, leva em consideração o saldo de contas a receber em aberto, os contratos de trava cambial vigentes e taxa do fechamento de câmbio do dia 31 de dezembro de 2021, que indica o montante de R\$ 61.357. Considerando o impacto de variação do dólar, conforme projeção estimada da taxa para 5,30, o montante de recebíveis vinculados à dólar seria de R\$ 60.348.

Os recebíveis vinculados ao dólar, estão assim distribuídos:

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor em R\$	Efeito Trava	Valor Justo
Recebíveis com trava	7.397	5,3739	39.753	1.524	41.277
Recebíveis sem trava	3.598	5,5799	20.080	-	20.080
Total	10.995		59.833	1.524	61.357

d) Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre a rubrica de obrigações tributárias:

		<u>Selic estimada</u>
	<u>31/12/21</u>	<u>12,25%</u>
INSS a recolher	258.171	289.797
FGTS a recolher	3.693	4.145
IRRF a recolher	458	514
IRPJ a recolher	98.206	110.236
CSLL a recolher	37.074	41.616
COFINS a recolher	47.152	52.928
PIS a recolher	10.059	11.291
Impostos retidos	27	30
ICMS a recolher	1.791	2.010
Outros	4.668	5.240
Total	461.299	517.807

O critério utilizado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração a taxa futura estimada da Selic para o ano de 2022, que foi de 12,25%.

21 - Receita

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada:

	31/12/21			31/12/20		
	Mercado	Mercado	Total	Mercado	Mercado	Total
	Interno	Externo		Interno	Externo	
Receita bruta de produtos e serviços	250.614	93.194	343.808	204.660	73.697	278.357
(-) Impostos	(23.575)	-	(23.575)	(18.126)	-	(18.126)
(-) Devoluções	(267)	(322)	(589)	(244)	(174)	(418)
Receita líquida de produtos e serviços	226.772	92.872	319.644	186.290	73.523	259.813

O critério para reconhecimento da receita com vendas está de acordo com as orientações previstas na NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente.

22 - Custos operacionais

A seguir estão apresentados os custos operacionais segregados por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Salários	-	-	67.044	53.113
Matérias primas	-	-	48.228	34.859
Encargos sociais	-	-	17.162	14.139
Energia elétrica	-	-	16.259	13.223
Manutenção Industrial	-	-	12.882	10.693
Benefícios a empregados	-	-	14.204	11.822
Depreciações	-	-	6.027	5.535
Férias e 13º salário	-	-	13.259	10.496
Serviço de terceiros	-	-	9.317	7.391
Materiais de embalagem	-	-	22.247	15.995
Combustíveis e lubrificantes	-	-	2.450	1.752
Locações/Aluguéis	-	-	2.331	2.140
Indenizações trabalhistas	-	-	50	46
Equipamento de proteção	-	-	3.650	1.918
Taxas e encargos legais	-	-	280	228
Análises laboratoriais	-	-	1.387	1.121
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	983	735
Outros gastos	-	-	1.823	1.150
Total	-	-	239.583	186.356

Importante ressaltar que os custos apurados em 2020 estão apresentados segregados do efeito de ociosidade de produção ocorrido naquele período, conforme apresentado na nota explicativa nº 25, item c).

Em relação ao aumento dos custos, de aproximadamente 28,56%, a causa está relacionada ao aumento de comercialização de produtos industrializados, o que em termos comparativos entre o período de 2020 para 2021 representa mais de 4,5 mil toneladas vendidas, e outro fator que influenciou nesse aumento refere-se à correção de preço dos principais componentes de produção, os quais aumentaram, em média 26%.

23 - Despesas gerais e administrativas

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Salários	242	132	4.764	3.654
Serviço de terceiros	335	345	2.728	2.871
Encargos sociais	48	41	1.109	783
Benefícios a empregados	32	130	1.241	1.033
Depreciações	-	-	374	302
Férias e 13º salário	-	-	911	642
Manutenção predial	-	-	178	122
Viagens e estadias	21	3	51	25
Taxas e encargos regulatórios	98	23	182	188
Publicidade e propaganda	161	62	195	73
Energia elétrica	-	-	107	84
Outros gastos	8	14	659	570
Total	945	750	12.499	10.347

24 - Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	12.477	8.137
Custos aduaneiros	-	-	2.497	1.528
Salários	-	-	609	549
Serviço de terceiros	-	-	257	370
Publicidade e propaganda	-	-	431	381
Comissões sobre vendas	-	-	879	592
Provisões para perda	-	-	2.571	(428)
Encargos sociais	-	-	125	130
Telefonia	-	-	89	70
Análises laboratoriais	-	-	11	24
Férias e 13º salário	-	-	129	114
Depreciações	-	-	7	7
Outros gastos	-	-	326	222
Total	-	-	20.408	11.696

25 - Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Recomposição de débitos fiscais	-	-	-	340
Provisão para Perda de estoques (a)	-	-	-	1.046
Perdas de Imobilizados	-	-	-	440
Despesas e provisões de processos judiciais (b)	170	150	7.075	5.363
Despesas de ociosidade de produção (c)	-	-	-	9.440
Despesas legais e regulatórias	836	-	1.439	601
Custo na alienação de ativos	-	-	38	49
Reversão de créditos tributários	-	-	197	336
Despesas fábricas inativas	-	-	185	487
Despesas Gerais	-	-	112	75
Total	1.006	150	9.046	18.177

- a) Parte do saldo apresentado em 31 de dezembro de 2020, registrado na conta de provisão para perdas com estoques referem-se aos prejuízos causados na enchente ocorrida entre os dias 08 e 09 de julho de 2020, no exercício corrente de 2021 não ocorreram perdas com estoques.
- b) Os valores apresentados na rubrica de “despesas e provisões de processos judiciais” referem-se tanto a atualização de contingências passivas, bem como despesas relacionadas acordos judiciais promovidos pela Companhia, tanto de natureza cível quanto de natureza trabalhista.
- c) As despesas de ociosidade de produção referem-se ao custo incorrido durante o período de pandemia, o qual impactou apenas no exercício de 2020, época na qual impossibilitou a plena ocupação das instalações para realização do serviço de abate, deste modo, os custos proporcionais ao serviço não realizado durante o período de pandemia foram reclassificados para rubrica de “Outras despesas operacionais”, e compreendem os seguintes gastos:

Natureza dos gastos	Valor
Salários	3.919
Encargos sociais	1.145
Benefícios a empregados	961
Energia elétrica	759
Férias e 13º salário	790
Manutenção industrial	651
Serviço de terceiros	531
Depreciações	247
Equipamento de proteção	130
Locações/Aluguéis	112
Análises laboratoriais	91
Combustíveis e lubrificantes	67
Matérias primas	37
Total	9.440

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Créditos Fiscais (a)	-	-	4.579	1.666
Acordo Nova Araça (Agostinho Carrer)	3.883	363	3.883	363
Venda de sucata e lenha	-	-	163	82
Receita de aluguel	-	-	398	175
Verbas Indenizatórias	2	28	127	168
Subvenções Governamentais	-	-	2.280	1.427
Crédito ICMS na base PIS e COFINS	-	-	5.343	-
Recuperação de Despesas	1	-	632	755
Total	3.886	391	17.405	4.636

(a) Parte do montante apresentando na rubrica “Créditos Fiscais”, referente ao exercício de 2021, refere-se a reconhecimento do pedido de ressarcimento do crédito presumido de IPI, homologado pela Receita Federal do Brasil, e utilizado para quitação de débitos tributários federais, no valor de R\$ 2.957, bem como créditos de reintegra apurados no valor de R\$ 1.108.

27 - Despesas financeiras

As despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Juros de atualização de dívidas tributárias (a)	122	4	7.557	6.275
Juros de operações com partes relacionadas (b)	5.250	3.972	9.247	9.138
Pis/Cofins s/receita financeira	-	-	12	87
Despesas/Tarifas Bancárias	-	-	208	119
Descontos financeiros concedidos	-	-	511	420
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	80	121
Variações cambiais passivas	-	-	8.828	11.573
Encargos legais (c)	-	-	4.404	203
Ajuste a Valor Presente	(73)	(792)	(72)	(792)
Outras despesas financeiras	4	-	5	-
Total	5.303	3.184	30.780	27.144

(a) Refere-se a atualização dos débitos de natureza tributária, tanto em situação parcelada como de valores em aberto.

(b) Refere-se a atualização da dívida firmada com partes relacionadas, conforme indicado na nota explicativa 16.

(c) Refere-se a atualização de encargos legais sobre dívidas tributárias.

28 - Receitas Financeiras

As receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Variações cambiais ativas	-	-	13.518	12.715
Descontos financeiros obtidos	-	-	112	30
Outras receitas financeiras	-	-	97	49
Juros de créditos Fiscais (a)	-	-	4.219	-
Total	-	-	17.946	12.794

(a) Refere-se ao reconhecimento dos juros de atualização de créditos fiscais vinculados ao processo do crédito de ICMS sobre PIS e COFINS, conforme indicado na nota explicativa nº 7).

29 - Informações por segmento

A Companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

- Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;
- Serviços de Frigorífico - Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades de serviços de frigorífico e abate resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação:

	Serviços de Frigorífico, Abate e Processamento de Aves				Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	Industrializados		e Processamento de Aves					
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta	178.021	135.197	165.787	143.160	-	-	343.808	278.357
Impostos e devoluções	(22.106)	(16.609)	(2.058)	(1.935)	-	-	(24.164)	(18.544)
Receita líquida	155.915	118.588	163.729	141.225	-	-	319.644	259.813
Custos	(101.542)	(77.476)	(138.041)	(108.880)	-	-	(239.583)	(186.356)
Lucro bruto	54.373	41.112	25.688	32.345	-	-	80.061	73.457
Despesas administrativas	-	-	-	-	(12.499)	(10.347)	(12.499)	(10.347)
Despesas com vendas	(20.408)	(11.696)	-	-	-	-	(20.408)	(11.696)
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(9.046)	(17.131)	(9.046)	(17.131)
Perda de Estoques	-	(822)	-	(224)	-	-	-	(1.046)
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	17.405	4.636	17.405	4.636
Resultado antes dos efeitos financeiros	33.965	28.594	25.688	32.121	(4.140)	(22.842)	55.513	37.873
Despesas financeiras	-	-	-	-	(30.780)	(27.144)	(30.780)	(27.144)
Receitas financeiras	-	-	-	-	17.946	12.794	17.946	12.794
Resultado antes dos tributos	33.965	28.594	25.688	32.121	(16.974)	(37.192)	42.679	23.523
CSLL e IRPJ Diferido	-	-	-	-	(1.247)	(3.189)	(1.247)	(3.189)
CSLL e IRPJ correntes	-	-	-	-	(7.622)	(3.761)	(7.622)	(3.761)
Resultado líquido do exercício	33.965	28.594	25.688	32.121	(25.843)	(44.142)	33.810	16.573
					Atribuído a acionistas não controladores		36	20
					Atribuído a acionistas controladores		33.774	16.553

30 - Resultado por ação

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi

aprovado em assembleia de acionistas, ocorrida no dia 03 de junho de 2016 o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 - resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período.

	31/12/21	31/12/20
Quantidade de ações	7.100	7.100
Lucro (prejuízo) líquido do exercício (consolidado)	33.810	16.573
Resultado diluído por ação	4,76190	2,33419

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

31 - Outras informações

Em assembleia geral ordinária realizada em 30 de abril de 2021, as controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A, e controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos elegeram a nova Diretoria para ambas empresas, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, sendo: Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como Diretora Presidente, Sra. Marcia Macedo Meireles como Diretora e Sr. Tiago Silveira do Pinho como Diretor.

Em assembleia geral ordinária realizada em 14 de junho de 2021, a Companhia elegeu seu conselho de administração, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, composto por: Sr. Massao Fábio Oya, Sra. Livia Toshie Suguita Chao, Sra. Chao En Hung, Sra. Cynthia Christina da Silva Vello, Srta. Carina Suguita Chao e Sra. Margareth Schacht Herrmann, também instaurou o Conselho Fiscal, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, composto por: Sr. Samuel Heydt, Sr. Celso Cândido Filho e Sra. Maria Elvira Lopes Gimenez como seus conselheiros e seus respectivos suplentes.

No dia 18 de junho de 2021 foi realizada a primeira reunião do novo conselho de administração, o qual nomeou os membros para diretoria executiva estatutária da Minupar Participações S.A., com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, composto por: Tiago Silveira do Pinho, como diretor presidente, Marcia Macedo Meireles, como Diretora de Relação com Investidores e Chao En Hung como diretora.

As controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A., assim como a controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de julho de 2021, elegeram nova Diretoria, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, sendo: Sra. Chao En Hung como diretora presidente, Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como Diretora Vice-presidente e Sr. Tiago Silveira do Pinho como Diretor.

Em 27 de outubro de 2021 foram recebidas pelo Conselho de Administração as renúncias da Sra. Marcia Macedo Meireles e da Sra. Chao En Hung aos cargos de Diretoras estatutárias, sendo eleito o Sr. Fernando Ataíde Silva Jorge para o cargo de Diretor de Relações com Investidores, permanecendo apenas dois diretores.

Em 30 de novembro de 2021 foi recebido o pedido de renúncias da Sra. Chao En Hung das funções estatutárias relacionadas as empresas controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A., assim como a controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, sendo eleito o Sr. Fernando Ataíde Silva Jorge para o cargo de Diretor em ambas empresas.



Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40

Anexo V – Informações dos candidatos indicados para a eleição de membros do Conselho de Administração

(i) Cynthia Christina da Silva Vello

Data de nascimento: 11/06/1973

Profissão: Administradora

CPF: 104.434.508-03

Cargo eletivo ocupado atualmente: Vice-Presidente do Conselho de Administração

Data de eleição: 14/06/2021

Data de posse: 18/06/2021

Prazo do mandato: 01 (um) ano

Se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

Número de mandatos consecutivos: 08

Formação Acadêmica:

Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Bandeirantes – 2003

Principais experiências profissionais:

Diretora na Solidez Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários.

(ii) Francisco Asclépio Barroso Aguiar

Data de nascimento: 19/02/1961

Profissão: Engenheiro Mecânico-Nuclear e Matemático

CPF: 170.810.253-15

Cargo eletivo ocupado atualmente: Não eleito

Data de eleição e posse: Não se aplica

Prazo do mandato: Não se aplica

Se foi eleito pelo controlador ou não: Não se aplica

Número de mandatos consecutivos: Não se aplica

Formação Acadêmica:

Engenheiro Mecânico formado pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Engenheiro Nuclear - Pós Graduado em Engenharia Nuclear pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40

Pós-Graduado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Matemático pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Pós-Graduado em Análise de Sistemas pelo convênio PETROBRAS/PUC-RJ.

Principais experiências:

Membro do Conselho Fiscal das seguintes empresas: La Fonte Fechaduras S.A; La Fonte Investimentos S.A; La Fonte Telecomunicações S.A; Jereissati Telecom S.A; Jereissati Participações; Iguatemi S/A - de 1996 até 2022. Cias Abertas com Registro na CVM.

Presidente do Conselho de Administração (Chairman of the Board) da Recrusul S/A em 2009. Cia Aberta negociada na BOVESPA com Registro na CVM.

Diretor de Relações com Investidores (DRI) da Recrusul S/A em 2009. Cia Aberta com Registro negociada na BOVESPA com Registro na CVM.

Presidente do Conselho Fiscal da Telemar - TeleBahia de 1996 a 1999. Cia Aberta negociada na BOVESPA com Registro na CVM.

Membro do Conselho Fiscal da Telemar - TeleCeará de 1996 a 1999. Cia Aberta com Registro na CVM.

Membro Suplente do Conselho Fiscal da Energisa – Mato Grosso - Cia Aberta negociada na BOVESPA com Registro na CVM.

Membro do Conselho de Administração (Board) da Cia Minuano de Alimentos (MINUPAR) de 2001 até 2009. Cia Aberta negociada na BOVESPA com Registro na CVM.

Membro do Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S/A de 1997 até 2004. Cia Aberta negociada na BOVESPA com Registro na CVM.

Membro do Conselho Fiscal da Fertiza - Companhia Nacional de Fertilizantes - Cia Aberta negociada na BOVESPA com Registro na CVM.

Coordenador de Projetos de Grande Porte - 2003 - 2022.



Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40

Anexo VI – Informações referentes à seção 13 do Formulário de Referência

1 - Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração:

A Companhia não apresenta Política de Remuneração dos Administradores formalizada, sendo que as práticas utilizadas se alinham aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelos serviços prestados, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios e como consequência o retorno aos acionistas. Ainda, esta definição leva em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções, bem como as condições financeiras da Companhia.

b. Composição da remuneração:

A remuneração proposta para os membros a serem eleitos nesta Assembleia se mantém a mesma que vem sendo praticada em relação aos membros da Administração nos últimos anos. Para isso será realizado o pagamento mensal de honorários fixos, dos quais serão feitos os devidos descontos legais. A Companhia não tem por prática efetuar pagamento de remuneração variável, mas, eventualmente, poderá haver aprovação do Conselho de Administração até o limite aprovado em Assembleia Geral. Não há proposta para membros não remunerados.

c e d. Indicadores de desempenho:

A Companhia não adota indicadores de desempenho dos Administradores.

e. Como se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

As práticas de remuneração alinham-se diretamente aos resultados da companhia e evolução do mercado.

f. Remuneração suportada por controladas:

A remuneração dos administradores é suportada pela Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.



Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40

g. Remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário:

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

h. Práticas e procedimentos adotados para definir a remuneração individual

Para definição dos valores a serem praticados como remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria ocorre em Reunião do Conselho de Administração, observando-se o valor aprovado na Assembleia Ordinária e, principalmente, levando em consideração as condições financeiras da Companhia.

2 - A remuneração reconhecida nos últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente estão dispostas a seguir (em reais):

Previsão 2022	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	5	2	3	10
Salário ou pró-labore	130.000,00	52.000,00	78.000,00	260.000,00
Total da remuneração	130.000,00	52.000,00	78.000,00	260.000,00

Valores 2021	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	6	2	3	8
Salário ou pró-labore	121.474,00	60.867,00	44.600,00	226.941,00
Bônus	24.000,00	8.000,00	-	32.000,00
Total da remuneração	145.474,00	68.867,00	44.600,00	258.941,00

Valores 2020	Conselho Adm.	Diretoria	Total
Nº de membros remunerados	3	2	5
Salário ou pró-labore	190.152,00	52.000,00	242.152,00
Total da remuneração	190.152,00	52.000,00	242.152,00

Valores 2019	Conselho Adm.	Diretoria	Total
Nº de membros remunerados	4	3	7
Salário ou pró-labore	93.620,00	72.000,00	165.620,00
Total da remuneração	93.620,00	72.000,00	165.620,00



Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40

3 – No ano de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o pagamento de bônus aos Administradores, realizado no mês de dezembro.

Valores 2021	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	6	2	3	8
Valor total reconhecido	24.000,00	8.000,00	-	32.000,00

4 - Plano de remuneração baseado em ações:

A Companhia não apresenta prática de remuneração baseada em ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

5 - Plano de remuneração baseado em ações reconhecido do resultado:

A Companhia não reconheceu a prática de remuneração baseada em ações no último exercício social e não há proposta para o exercício social corrente do Conselho de Administração e da Diretoria.

6 – Opções em aberto dos Administradores:

Não há opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria.

7 – Opções exercidas e ações entregues dos Administradores:

Não há opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais.

8 – Informações para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7:

A Companhia não possui situações divulgadas nos itens relacionados.

9 – Quantidade de ações detidas por membros da administração:



Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40

No final do último exercício social encerrado, o Conselho de Administração detinha 1.976.049 ações ordinárias emitidas pela Minupar Participações S.A. e a Diretoria não detinha ações. Os membros da chapa para o Conselho de Administração proposta para esta Assembleia detêm 382.290 ações ordinárias da Companhia.

10 - Planos de previdência:

A Companhia não tem planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

11 – Distribuição da remuneração anual dos Administradores nos últimos exercícios:

Diretoria Estatutária

ANO	2021	2020	2019
Nº de membros	2	2	3
Nº membros remunerados	2	2	3
Valor da maior remuneração (R\$)	30.000	26.000	24.000
Valor da menor remuneração (R\$)	8.867	2.000	24.000
Valor médio da remuneração (R\$)	13.773	10.400	24.000

Conselho de Administração

ANO	2021	2020	2019
Nº de membros	6	3	4
Nº membros remunerados	6	3	4
Valor da maior remuneração (R\$)	30.000	63.208	24.000
Valor da menor remuneração (R\$)	10.570	7.736	23.207
Valor médio da remuneração (R\$)	18.184	47.538	23.405

Conselho Fiscal

ANO	2021
Nº de membros	3
Nº membros remunerados	3
Valor da maior remuneração (R\$)	14.867
Valor da menor remuneração (R\$)	14.867
Valor médio da remuneração (R\$)	14.867



Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40

12 – Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores:

A Companhia não adota arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13 - Em relação a remuneração total de cada órgão dos 3 últimos exercícios sociais, o percentual que se refere a partes relacionadas dos controladores é:

Órgão	2021	2020	2019
Conselho de Administração	46,56%	33,52%	50,42%
Diretoria Executiva	12,87%	-%	-%
Conselho Fiscal	-%		

14 - Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam:

No último exercício social foi reconhecido o pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$150 mil ao então Vice-Presidente do Conselho de Administração, Sr. Welinton Balderrama dos Reis, para atuação no processo nº 017/1.13.0002978-6 (descrito no item 4.3 deste Formulário), como advogado.

Para os demais membros da administração, nos três últimos exercícios não foram reconhecidos valores no resultado do emissor como remuneração por qualquer razão que não as funções que ocupam.

15 - Valores reconhecidos no resultado de controladas, como remuneração de membros da administração do emissor:

A remuneração dos administradores é totalmente suportada pela Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.